

Não é paz, é medo

As atuais políticas de segurança pública no estado do Rio de Janeiro

páginas 3 a 11

Agência Brasil



**Debate sobre segurança é ampliado
pelo Seminário de Direitos Humanos**

Evento acontece de 19 a 21 de outubro

páginas 12 e 13

**Avaliação psicológica é discutida em
eventos do ano temático**

Concurso sobre o tema oferece prêmios

páginas 14 e 15

**Mostra Regional: um dos maiores
encontros da psicologia no estado**

Confira cobertura do evento realizado em julho

páginas 22 e 23

Reflexões sobre psicologia, segurança pública e direitos humanos

Esta edição do jornal do CRPRJ fala sobre segurança pública e direitos humanos, e nos convoca a pensar a relação com a psicologia a partir de vários contextos, especialmente com a chegada da Copa da Mundo e das Olimpíadas, que o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro serão sedes.

Se os megaeventos na cidade maravilhosa têm proporcionado o investimento em turismo, lazer e especialmente na infraestrutura urbana, a contraparte social infelizmente tem se mostrado o reverso da moeda: criminalização da pobreza, limpeza étnica, remoção de pessoas, recolhimento compulsório e uma política pautada principalmente no medo e na militarização das ações nos locais onde aparentemente vivem os chamados “perigosos”.

Entendemos que o campo segurança pública não diz respeito somente as ações da polícia militar e judiciária, mas também a uma lógica que perpassa diversas áreas das políticas públicas e afeta sobremaneira a atuação do psicólogo que é, muitas vezes, “bombardeado” com demandas que exigem um debate ético quanto ao papel que o profissional exerce e a que o seu saber vem servindo.

Assim, observa-se no campo da assistência social e da infância e adolescência práticas que se revelam em graves violações de direitos e mascaram o descaso por parte do poder público, sob o argumento do tratamento e da proteção. O recolhimento compulsório, ao invés de prover a atenção à saúde e a garantia de

tratamento ao usuário de drogas, em nada se aproxima com o que prevê a atual política nacional de saúde mental e se revela simplesmente uma política de exclusão e aprisionamento. A escuta de crianças e adolescentes na Rede de Proteção vem sofrendo intervenções por parte do poder judiciário transformando o espaço da promoção dos direitos, estabelecido e regulado pelo SGDCA¹, em uma engrenagem de produção de prova e de transformação da criança em mera testemunha acusatória. Queremos propor a reflexão e discussão do tema, a partir da consolidação de uma rede de enfrentamento, articulada e com responsabilidades compartilhadas, entre os diferentes atores que compõem o SGDCA, no sentido de garantir a proteção efetivamente integral.

Desta forma, a presente edição é também um convite à reflexão pelos profissionais que atuam em áreas como a assistência social, saúde, educação, justiça e veem seu trabalho ser atravessado por um contexto social cada vez mais judicializante, criminalizante e punitivo. Nossa aposta é pensar em estratégias e saídas para uma Psicologia cada vez menos a serviço de uma lógica do medo e da punição e cada vez mais voltada para a defesa e garantia dos direitos humanos.

Notas

1 - Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006 do CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca
CEP: 20260-280 - Tel/Fax: (21) 2139 5400

E-mail: crprj@crprj.org.br / Site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

Alexandre Trzan Ávila – CRP 05/35809
Carla Silva Barbosa – CRP 05/29635
Lygia Santa Maria Ayres – CRP 05/1832
Helena Fialho de Carvalho – CRP 05/34864

Membros Efetivos:

Ágnes Cristina da Silva Pala – CRP 05/32409
Alexandre Ferreira do Nascimento – CRP 05/3310
Ana Carla Souza Silveira da Silva – CRP 05/18427
Claudete Francisco de Sousa – CRP 05/35806
Cristiane Knijnik – CRP 05/39275
Giovanna Marafon – CRP 05/30781
Lia Toyoko Yamada – CRP 05/30850
Lindomar Exedito Silva Darós – CRP 05/20112
Marco Aurelio de Rezende – CRP 05/27536
Maria Helena do Rego Monteiro Abreu – CRP 05/24180
Vivian de Almeida Fraga – CRP 05/30376

Membros Suplentes:

Análicia Martins de Sousa – CRP 05/31168
André Souza Martins – CRP 05/33917
Carla Boy de Siqueira – CRP 05/26659
Elizabeth Pereira Paiva – CRP 05/4116
Fátima Siqueira Pessanha – CRP 05/9138
Fernanda Mendes Lages Ribeiro – CRP 05/31251
Luciana Vanzan da Silva – CRP 05/35832
Paula Rego Monteiro – CRP 05/34842
Saulo Oliveira dos Santos – CRP 05/31988
Vanessa Siqueira Manhães – CRP 05/38340
Vilma Diuana de Castro – CRP 05/7281
Wilma Fernandes Mascarenhas – CRP 05/27822

Comissão Editorial:

Helena Rego Monteiro
Rosilene Cerqueira
Luciana Vanzan da Silva

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Felipe Mendes (jornalista - MTb 12.034)
Verônica Raner (estagiária)
André Ribeiro (estagiário)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232 3866 / 3852 6820

Impressão

Editora EDIOURO
Tiragem / Periodicidade
30.000 exemplares / Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail: ascom@crprj.org.br

Segurança pública: direitos humanos ou estado de exceção?

Os Jogos Olímpicos já romperam barreiras históricas. Em 1936, em Berlim, a teoria nazista da superioridade da raça ariana foi derrubada em pouco mais de dez segundos - tempo que o negro Jesse Owen, então com 23 anos, levou para vencer a prova máxima do evento, os 100 metros rasos do atletismo, fazendo com que um furioso Adolf Hitler abandonasse o Estádio Olímpico antes da premiação. A Copa do Mundo, por sua vez, gaba-se de propagar a paz e a união entre os povos ao contar com mais países que a Organização das Nações Unidas (ONU) em suas eliminatórias. O Brasil e o Rio de Janeiro, que se preparam para receber os dois eventos dentro dos próximos cinco anos, parecem não ter assimilado essas mensagens. Vivemos um estado de exceção. Sob o pretexto de preparar a capital fluminense para os grandes eventos esportivos, as autoridades têm intensificado uma política de segurança pautada no medo, na criminalização da pobreza, na militarização das ações nos locais onde vivem os ditos “perigosos” e pela defesa de uma suposta ordem a todo custo.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro propõe, agora, o início de uma reflexão e de um debate que serão reforçados nos próximos dias 19, 20 e 21 de outubro com o VII Seminário de Direitos Humanos (com o tema “Segurança Pública e Direitos Humanos”), mas que não têm dia ou hora para terminar. Pretendemos discutir políticas e ações, propondo novas formas de pensar e agir. Que ideia de segurança pública é essa, que ameaça em vez de defender? Pretendemos, também, destacar os lugares da psicologia em meio a essas questões.

O Rio de Janeiro tem, hoje, uma política que salta a olhos vistos: a limpeza étnica. A cidade, cartão postal e principal símbolo do país no exterior, convive com ações que, de forma ostensiva ou velada, tentam mudar ambientes e características urbanas criadas durante séculos de história da cidade. O advogado Nilo Batista, que é professor da UFRJ e da Uerj e foi Secretário de Estado de Justiça e de Polícia Civil, além de ter ocupado a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Governo do estado em 1994, afirma que o Rio está vivendo sob uma lógica fascista.

“A limpeza nas supostas áreas nobres da cidade salta a olhos vistos, e inclui, por exemplo, a praia. O pequeno comerciante que vive da praia foi alvo desse choque de ordem. O homem que vende mate há mais de cinquenta anos por pouco não foi proi-

bido de trabalhar, só se mantém por que houve uma manifestação popular em prol dele. Enquanto isso, no domingo, em Ipanema, uma empresa de planos de saúde coloca uma imensa estrutura para que seus clientes façam exercícios no calçadão. Os assinantes de um jornal podem chegar lá, com um cartão, e ganham o direito de usar uma barraca e duas cadeiras de praia. É simplesmente uma maquiagem da cidade, só pode permanecer quem está diretamente ligado ao grande capital”, aponta.

Minha Alma

(A Paz Que Eu Não Quero)

Marcelo Yuka

A minha alma tá armada e apontada
Para cara do sossego!
Pois paz sem voz, paz sem voz
Não é paz, é medo!

Às vezes eu falo com a vida,
As vezes é ela quem diz:
“Qual a paz que eu não quero conservar,
Prá tentar ser feliz?”

As grades do condomínio
São prá trazer proteção
Mas também trazem a dúvida
Se é você que tá nessa prisão
Me abrace e me dê um beijo,
Faça um filho comigo!
Mas não me deixe sentar na poltrona
No dia de domingo!
Procurando novas drogas de aluguel
Neste vídeo coagido...

É pela paz que eu não quero seguir admitindo
É pela paz que eu não quero seguir
É pela paz que eu não quero seguir
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

Para pesquisadores da área de segurança pública, o processo em questão não é novo. O psicólogo José Rodrigues de Alvarenga Filho (CRP 05/36271), colaborador do CRP-RJ, desenvolve investigações acadêmicas na área há mais de quatro anos. Ele afirma que a lógica da “limpeza urbana” no Rio de Janeiro é inerente à realização de grandes eventos. Em 2007, com a realização dos Jogos Pan-Americanos, a situação foi semelhante. “No Pan houve um rascunho do que pode vir pela frente

agora, já que era um evento que não tem tanta representatividade internacional e tanto investimento. Com Olimpíadas e Copa do Mundo, o Rio de Janeiro vai se tornar o principal cenário do esporte mundial, e isso envolve muitas coisas, significa muito investimento de capital na cidade. A tendência é que esses processos se intensifiquem”, afirma o psicólogo.

A socióloga Vera Malaguti Batista, professora de criminologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem preocupações semelhantes. “Essa política consiste em controlar os pobres e proteger o grande capital que está em torno desses eventos, que são, na verdade, acontecimentos político-esportivos. O Rio de Janeiro é hoje uma cidade onde quem resolve os problemas é o milionário. É um Rio privado, enquanto eu acredito que deveria ser um Rio de encontros. Da maneira como as coisas estão sendo feitas, esses encontros vão produzir grandes desencontros com a população”, aponta.

Algumas das situações notadas hoje em dia não são inéditas na história de ocupação da cidade. Uma das mais preocupantes é a remoção de pessoas dos locais onde moram e têm uma história de vida para a construção de vias e outras obras, mas também para que a cidade tenha, cada vez mais, a forma desejada pelo grande capital. “Alguns processos são novos, mas eu acho que a maioria deles já existe no Rio de Janeiro há décadas. Por exemplo, já existe no Rio e no Grande Rio a remoção de comunidades. As remoções estão presentes na história da cidade. Não é um processo totalmente novo. O que surgiu agora foram maneiras diferentes de se fazer isso. É o contorno que essa prática secular vem ganhando na atualidade, com a desculpa de preparar a cidade para a Copa e para as Olimpíadas”, alerta José Rodrigues. “Você caminha em algumas regiões onde há grande movimentação de turistas, e praticamente não vê morador de rua nenhum. Em algumas zonas da cidade havia vários moradores, crianças pedindo esmola, e agora não tem mais. Para onde foram essas crianças?”, questiona.

Para a psicóloga Cecília Coimbra (CRP 05/1780), professora da UFF e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, as diferentes esferas de Governo tomam medidas que “em nome da não violência criam uma lógica que produz mais violência, mais constrangimento. Em nome da paz, produzem extermínio, banalizam a tortura, pro-



“O psicólogo que atua no sistema prisional, hoje, precisa travar uma luta interna para evitar que seu trabalho seja usado para

corroborar determinadas decisões da Justiça”

Nilo Batista

duzem subjetividades paranoicas, punitivas, vingativas. De acordo com essa lógica, não podemos falar com ninguém, devemos resguardar nosso lar. A rua é o lugar do perigo, da barbárie, da doença. As pessoas estão aterrorizadas, desconfiam de tudo e de todos. Culpa desses dispositivos”.

A tendência de criminalizar os pobres é cada vez mais visível, segundo os pesquisadores. Pessoas negras, de baixa escolaridade e moradoras de zonas consideradas “carentes” ou “perigosas” são, de forma cada vez mais clara, tomadas como criminosas. Um exemplo é o Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social, implantado em maio de 2011 pela Prefeitura do Rio (saiba mais nas páginas 10 e 11), que prevê o recolhimento compulsório de crianças e adolescentes em situação de rua supostamente viciadas em drogas. “A lei brasileira não prevê, hoje, que usuários de drogas tenham que ficar presos. O usuário passa por penas alternativas, terá que acompanhar atividades educativas. Se um jovem da Zona Sul for encontrado em Ipanema usando drogas, ele irá assinar um documento e voltará para casa. Enquanto isso, o pobre, o cidadão em situação de rua, se for encontrado, é preso. Ora, onde está o Direito de livre arbítrio do Cidadão? Se eu quiser, posso fi-



“Segurança pública não é um monte de policial matador correndo atrás dos pobres nas favelas”

Vera Malaguti

car na rua, é meu direito. As pessoas pobres não podem. Quando são recolhidas, são levadas a delegacias para avaliar se têm passagens pela polícia, e mesmo que não tenham, ficam presas. Isso ainda é chamado de ação social”, critica Nilo Batista. “Se eu saio com minha esposa com drogas no porta-malas do carro e sou parado pela polícia em uma blitz, eles vão olhar para nós, perguntar como vão as coisas e mandar que a gente siga viagem. Se forem dois jovens, negros, em um carro velho, certamente tomarão uma dura, provavelmente serão agredidos. E se estiverem em um carro novo, é ainda pior”, complementa o professor e jurista.

Vera Malaguti acredita que há erros desde a concepção de segurança pública na cidade e no estado. Além de criticar o excesso de policiais nas ruas, ela afirma que a visão de segurança está deturpada. “Segurança pública não é um monte de policial matador correndo atrás dos pobres nas favelas. Uma cidade e um estado seguros têm um projeto de pertencimento que envolve toda a população, sem excluir aqueles tachados de loucos, viciados ou prostitutas. Ou seja, inclui também aqueles que não fazem parte do conjunto hegemônico. Uma cidade com essa ideia de segurança pode produzir encontros verdadeiramente amistosos”, afirma a socióloga, que complementa: a limpeza étnica e a criminalização da pobreza vão contra a lógica de comunidade entre os povos pregada pelos Jogos Olímpicos e pela Copa do Mundo.

A participação da chamada “grande mídia” no processo também é criticada pelos especialistas, que afirmam que há uma visão deturpada. Para José Rodrigues, a espetacularização dos acontecimentos teve consequências negativas. “A grande mídia carioca tem se especializado em produzir medo e insegurança através de seus discursos supostamente neutros. O que vemos é a mídia pautar, inclusive, as ações do Estado. Quando a polícia invadiu o Alemão lado a lado com os jornalistas, toda a ação foi filmada e transmitida em tempo real. De suas casas, a população teve a oportunidade de acompanhar o processo e até torcer. É como se a operação da polícia se transformasse num jogo de futebol com comentaristas, torcida e parada para o comercial. Um verdadeiro espetáculo”, avalia. Para o psicólogo, a função social da imprensa, naquela situação, não foi cumprida. “Ela poderia fazer matérias críticas, poderia denunciar a violação dos direitos humanos, coisa que não fez”.

Em uma de suas pesquisas acadêmicas, José investigou a chamada “Chacina do Pan”, realizada em 27 de junho de 2007 (portanto, cerca de duas semanas antes do início dos Jogos Pan-Americanos no Rio). A operação envolveu cerca de 1.350 policiais (civis e militares) e soldados da Força Nacional. No total, houve 19 mortes, e dezenas de pessoas ficaram feridas. “Uma das conclusões a que cheguei pesquisando é que essa chacina parece não ter acontecido. Ninguém fala sobre ela, ninguém sabe nada dela. A Chacina do Pan entrou para a história oficial como uma festejada operação policial. A violação aos direitos humanos, as mortes, a chacina, tudo foi silenciado”, afirma. O psicólogo, porém, destaca o trabalho de veículos de comunicação como a revista “Caros Amigos” e o site e jornal mensal “Fazendo Média”, que têm uma visão crítica da relação entre o poder político-econômico estabelecido e as maiores redes de televisão, jornais e revistas do país. “Enquanto o governo e a grande mídia festejavam o suposto sucesso da operação policial, a mídia alternativa questionava a ideia que a invasão ao Alemão foi um sucesso apontando para as inúmeras arbitrariedades e violações aos direitos humanos”.

As consequências desse tratamento podem ser profundas até mesmo para os membros das forças de segurança. “Os policiais do Rio de Janeiro são muito mal remunerados, mas esse papel de heróis que foi dado a eles, esse glamour, faz com que não percebam o quão degradadas estão suas próprias vidas e as vidas de suas famílias. Quantas doenças eles sofrerão por estarem vivendo questões tão duras, tão truculentas?”, opina Vera Malaguti.

Paz ou medo?

Duas ideias a princípio conflitantes convivem diretamente no cotidiano da política de segurança do estado e da cidade do Rio de Janeiro: vende-se uma suposta paz, que só existe com a força do medo. José Rodrigues afirma que “existe, sim, motivo para que as pessoas tenham medo de várias coisas, mas o medo socialmente tem sido produzido e manipulado. Por exemplo, você tem hoje o grande medo do Rio de Janeiro: o suposto terrorista que vive na favela, o traficante, o morador de rua que pode te assaltar. Hoje o medo caminha ao lado de segurança pública. O discurso da segurança pública se sustenta sobre a produção de medos e inseguranças. Estes são como dispositivos de controle da população. Uma população

amedrontada aplaude e apoia políticas públicas de repressão e extermínio dos pobres, suposta classe perigosa que ameaça a paz da sociedade”.

“Estamos vivendo os efeitos de um medo que foi divulgado durante muito tempo como arma política, um medo que produziu uma espécie de irracionalidade no tratamento da questão criminal. Já fiz pesquisas comparando os medos de hoje com os medos do século XIX, do Rio de Janeiro escravocrata, e vi que são muito parecidos, medos das mesmas pessoas, dos mesmos locais”, aponta Vera Malaguti, que, durante o doutorado, estudou a influência do medo na segurança pública. “Eu acredito que hoje no Rio de Janeiro há um projeto de mostrar a cidade como ela não é, como ela não existe, uma cidade só de gente rica, branca, de Zona Sul, pacificada. Uma cidade que não tem conflitos internos e nem desigualdades, ou seja, um Rio de Janeiro que não existe”, complementa.

O papel da psicologia em meio a esse contexto não pode ser relegado a segundo plano. Nilo Batista, por exemplo, destaca a importância do trabalho dos profissionais que atuam no sistema penitenciário (leia mais sobre esse assunto na página 18), e afirma que é necessário agir de forma responsável para evitar que situações em desacordo com o código de ética profissional sejam legitimadas. “O psicólogo que atua no sistema prisional, hoje, precisa travar uma luta interna para evitar que seu trabalho seja usado para corroborar determinadas decisões da Justiça. Ninguém é capaz de adivinhar se uma pessoa vai voltar a cometer algum erro. Cerca de 70% da população carcerária, depois de sair, retorna ao sistema, mas o psicólogo não tem condição de dizer qual deles voltará e qual não voltará. Se a Justiça quer que pessoas prevejam o que vai acontecer com outras, é melhor procurar videntes e tarólogos, e não profissionais da psicologia”, afirma.

José Rodrigues, que desenvolve pesquisa de Doutorado sobre a preparação do Rio de Janeiro para os grandes eventos e o estado de exceção implantado por conta deles, concorda, e afirma que “muitas vezes, o psicólogo, em sua prática de atuação, acaba por legitimar lógicas que produzem mortes e tortura, através de laudos e pareceres, por exemplo”. José, porém, afirma que é preciso atuar de forma ética e responsável. “Nós devemos nos perguntar como a psicologia pode questionar essa lógica, mas também devemos investigar como a psicologia é chamada para atuar nesse processo.

Há uma lógica fascista e racista, e a categoria está sendo chamada para isso. Não é só Policial Militar que está removendo comunidades: é o judiciário, o psicólogo, o assistente social, o arquiteto, enfim, várias categorias estão sendo convocadas, com suas técnicas, para legitimar todo esse processo de preparação, e é preciso questionar a naturalização deste processo”, afirma.

O profissional de psicologia deve, portanto, aproveitar a situação para mostrar o respeito à ética e apresentar soluções alternativas a propostas que pareçam ir contra a ideia de uma psicologia que leva em conta os direitos humanos. “Nessa hora, o psicólogo não pode deixar de colocar em análise a demanda que lhe é endereçada e as relações de força que atravessam o contexto de sua atuação. Estamos sendo convocados para atuarmos como apêndice desta lógica fascista de violência e repressão aos pobres. Não há uma receita de como o psicólogo deve atuar, então. Além disso, é preciso que pensemos o quanto os psicólogos estão sendo chamados para atuar em trabalhos cuja relação trabalhista é fragilizada e precária. São contratos temporários com OS, ONGs etc. Como podemos construir práticas críticas quando o profissional tem medo de não andar na linha e ser demitido de seu emprego? Isso não justifica uma atuação profissional descompromissada, mas é preciso que a categoria discuta este contexto”, afirma José.

Cecília Coimbra destaca a importância de levar a reflexão a um número maior de pessoas, já que os meios de comunicação de massa apenas reforçam a ideia vendida pelo poder público. “Temos que discutir com as pessoas, mostrar a real situação através de meios alternativos de comunicação. Fazer com que os moradores que estão sendo atingidos por essas políticas, que são as pessoas mais pobres, tenham espaço para falar, pois hoje elas não têm, e estão se sentindo sozinhas e amedrontadas. Há saídas diferentes daquelas que os meios de comunicação estão apontando. Hoje de fala de paz com uma violência muito grande. Cada profissional precisa pensar no que pode fazer. Não vamos levantar bandeiras isoladamente. Temos que produzir discussões mais públicas e coletivas” acredita.

Vera Malaguti, por sua vez, destaca o amadurecimento do debate realizado pela categoria. A preocupação com os direitos humanos e o trabalho realizado pela psicologia fluminense em defesa da sociedade é destacado pela socióloga. “O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

“Há saídas diferentes daquelas que os meios de comunicação estão apontando. Hoje se fala de paz com uma

**violência muito grande”
Cecília Coimbra**



tem sido um grande dique de contenção à barbárie, discutindo de uma forma muito ativa e muito viva, mostrando qual o papel de sua categoria nessa história: não ser o inquisidor dos pobres, não ser aquele que vai atestar para o sistema penal a periculosidade, deixando para trás questões de uma psicologia positivista. Eu acredito que o papel dos psicólogos é extremamente relevante, e tenho visto o cumprimento desse papel, principalmente em torno do Conselho e da militância dos profissionais em resistência à barbárie e à expansão do poder punitivo”.

A discussão, como afirmamos, está apenas começando. O CRP-RJ convida a todos - profissionais e estudantes, de psicologia e outras áreas - a ampliar o debate nos próximos dias, durante o VII Seminário de Psicologia e Direitos Humanos, entre os dias 19 e 21 de outubro, no campus Maracanã da Uerj. Confira, nas próximas páginas, informações gerais sobre o evento e uma reflexão ampliada sobre um dos pontos específicos das políticas públicas de segurança no Rio de Janeiro: o recolhimento compulsório de crianças e adolescentes usuários de drogas.

“A cidade foi fundada através de remoção dos vínculos de comunidade, e isso não é novo. O que surgiu agora foram

**maneiras diferentes de se fazer isso”
José Rodrigues**



Polícia na escola?

As escolas públicas têm sido um campo aberto para a disseminação da noção de segurança pública que vem se implementando no Rio de Janeiro, ativamente novas modalidades de controle e gestão da população e, com isso, vinculando a polícia a uma política de segurança. Usando como justificativa o caso do chamado “Massacre de Realengo”, ocorrido em 7 de abril deste ano na Escola Municipal Tasso da Silveira, as diferentes esferas de governo têm estudado diferentes formas de levar segurança armada, catracas, câmeras de vigilância e outros instrumentos para as salas de aula, bibliotecas e pátios escolares, criando adesão da população a essas medidas. A situação produz a figuração do medo e da insegurança, por exemplo, com a implementação de programas que institucionalizam a presença da Polícia Civil e da Polícia Militar dentro das escolas, seja através de ações que afirmam a prevenção, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd, da Polícia Militar) ou, ainda, o Projeto Escola Segura, da Polícia Civil. Corroborando esse movimento a crescente produção legislativa, com medidas como a Lei Municipal 5089/2009, do Rio de Janeiro, que institucionaliza o *bullying* como uma categoria, algo a ser combatido e para o qual os professores devem ser capacitados, devendo constar explicitamente no projeto político-pedagógico da escola. Passa também a ser obrigatório o registro do “histórico das ocorrências de *bullying* em suas dependências”, o que fomenta o olhar diagnosticador e punitivo no espaço escolar.

A psicóloga e conselheira do CRP-RJ Giovanna Marafon (CRP 05/30781), que estuda a questão como parte do desenvolvimento de sua tese de doutorado na Universidade Federal Fluminense, representou o CRP-RJ em Audiência Pública da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro sobre o tema “Segurança nas escolas”, realizada em junho. Giovanna afirma que há um “desdobramento específico” das políticas de segurança, que adentra as escolas atravessado pela mesma lógica adotada em áreas como a assistência social e a saúde (leia mais na página ao lado).

Nas políticas gerais de segurança do estado e

da cidade do Rio, há outras motivações e exemplos que ajudam a compreender a segurança nas escolas que vem sendo proposta. “Esse modelo que está sendo pensado agora é uma reprodução do modelo americano de ‘tolerância zero’. Há relatos vindos dos Estados Unidos que mostram que aumentaram os índices de ocorrências encaminhadas ao aparato policial, reforçando o que vem sendo chamado de violência nos ambientes escolares e que faz ver, na realidade, uma crescente criminalização de comportamentos e pessoas”, aponta Giovanna, que destaca: os resultados nos EUA são questionáveis. Pesquisas e discussões mais recentes sobre o ambiente escolar norte-americano mostram que há vários efeitos negativos. “Há ocorrências como o conflito entre policias e professores, e essa sensação de medo no espaço escolar só aumenta. Quando são tomadas essas medidas com

“Esse modelo que está sendo pensado agora é uma reprodução do modelo americano de ‘tolerância zero’”

o objetivo de diminuir a violência, acaba que o efeito é contrário”, complementa.

Giovanna explica que as medidas que defendem a prevenção têm incitado manifestações que, interpretadas pela mesma lógica que as produziu, são vistas como violentas. No ambiente escolar, as práticas de controle se dão, ainda, associadas a uma via medicalizante, que identifica condutas individuais como transtornos ou patologias. Em nome da proteção, justificam a entrada de aparatos de segurança nas escolas. “Por exemplo, quando dizem que o que aconteceu em Realengo foi devido a um suposto um suposto transtorno do ex-aluno, nesse caso atribuído ao que se tem identificado como *bullying*. Isso faz com que seja criado um pânico social, o medo e a insegurança são alardeados no ambiente escolar como se ele fosse, em si, perigoso. Com isso justifica-se a introdução de detectores de metais, vigias armados e até policiais nas escolas”, afirma.

Para isso, todo um mercado que oferece artefatos de segurança como serviços passa a ser requisitado, promovendo, inclusive, parcerias público-privadas na gestão estatal da chamada segurança nas escolas. A psicóloga destaca ainda o papel da mídia, que se articula com a política de segurança em curso, de forma a repetir imagens e alardear informações de forma sensacionalista, promovendo a incorporação do policial em cada um de nós e fazendo crer que o vizinho, o colega, o amigo possa ser um perigoso em potencial. “Nessa articulação, a mídia chama imediatamente os especialistas, entre eles muitos psicólogos, para falarem sobre o que aconteceu, quando as pessoas ainda nem tiveram tempo para pensar. Assim, acontece uma rápida produção de sentido com categorizações e classificações pelo parâmetro universalizante: ‘é uma síndrome’, ‘é um transtorno’... Acontece um enquadre que generaliza, retirando do acontecimento toda a singularidade que ele tem e afirmando-o somente pela sua negatividade”, complementa.

Giovanna destaca que é preciso recusar esse modelo de reposta criminal a questões sociais. Frente às situações problemáticas, há que se atentar para o que as produziu, nesse aspecto, criando alternativas, brechas e intervalos para acessar os acontecimentos em cada circunstância. Essa possibilidade passa pelo respeito àquilo que a escola possui de mais próprio. Por isso, devem ser levadas em conta as experiências dos profissionais que vivenciam o dia a dia escolar, incluindo professores, psicólogos e assistentes sociais que atuam na educação. “A escola deve ser pensada de forma diferente de qualquer outro estabelecimento. Não é um banco, não é uma padaria, não é uma farmácia. Quem circula naquele espaço? Professores e alunos, crianças e adolescentes na sua maioria. Qualquer movimento no espaço escolar tem que ser feito considerando as especificidades escolares”, afirma. “Se não é o que queremos produzir no espaço escolar, para que tratar crianças e adolescentes como delinquentes?”, concluiu.

Repressão a manifestação em defesa da saúde ilustra políticas de segurança pública

Um exemplo claro das políticas de segurança pública do Rio de Janeiro foi dado no último dia 13 de setembro, junto ao Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do estado (Alerj). Na ocasião, a repressão foi a forma encontrada pelo poder público para conter manifestantes que tentavam impedir a votação do Projeto de Lei (PL) 767/2011 que autoriza a cessão dos serviços públicos de saúde à gestão das Organizações Sociais (OS), o que, na prática, configura a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS). Participante do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, que luta contra as privatizações, o CRP-RJ estava representado no ato. Com isso, presenciou e foi vítima de ações injustificadas de policiais militares que, cumprindo ordens, usaram a força física e artifícios como *spray* de pimenta para tentar conter os protestos.

Mesmo com toda a mobilização, o projeto foi votado e aprovado na Alerj, pois 49 dos 61 deputados presentes à sessão deram votos favoráveis. Naquela tarde, portanto, o Rio de Janeiro sofreu dois duros golpes. Um deles com a repressão àqueles que apenas desejavam mostrar seu descontentamento com políticas que vão contra a Constituição Federal e contra o bem público. Outro com a aprovação do PL. Entretanto, nada está perdido. O CRP-RJ, que na edição 32 de seu jornal deu destaque à luta contra as privatizações, continuará, junto a diversas outras entidades e cidadãos, trabalhando em defesa da saúde pública.

A ação, inclusive, foi incoerente com a postura anunciada pela própria Alerj antes da votação. O deputado estadual Marcelo Freixo (P-Sol) informou que a oposição, a base governista e a presidência da Assembleia tinham acertado que funcionários da saúde teriam espaços garantidos no plenário durante a sessão, o que não foi confirmado na prática. Alegando dificuldades para cadastro dos interessados em acompanhar a sessão, a Alerj reconheceu que havia “demora”, e as entra-



das estavam sendo autorizadas aos poucos. Entretanto, não foi isso que foi percebido pelos manifestantes que permaneceram no local até os últimos instantes, quando o entorno do Palácio Tiradentes já estava vazio.

“Embora tenhamos perdido essa votação, vimos o movimento forte, de pé e se manifestando. É com essa força que vamos pensar nas próximas ações, em termos jurídicos e em termos de movimento social. O que vemos hoje é a criminalização dos movimentos sociais. A Tropa de Choque se apresenta em situações de repressão, é isso que ela representa, e foi isso que ela fez na Alerj, quando desmobilizou, covardemente, com um simples *spray* de pimenta, toda uma luta social”, disse a psicóloga e conselheira do CRP-RJ Cristiane Knijnik (CRP 05/39275), que participa das discussões e encontros do Fórum de Saúde.

A manifestação do dia 13 de setembro foi apenas mais um importante momento da luta contra as privatizações, que continuará intensa. O Conselho participou, nos dias 9 e 10 de julho, em São Paulo, do II Seminário Nacional da Frente contra a Privatização da Saúde, com o tema “SUS 100% Público,

Estatual e de Qualidade”. No encontro, foram definidas estratégias para a luta contra a privatização da saúde. Foi decidida a articulação com outras entidades, como outros fóruns e movimentos sociais, e a participação em conferências de saúde para divulgar material com as propostas da Frente. Além disso, foi sugerida a criação de fóruns nos estados onde eles ainda não existem, além do reforço de campanha corpo a corpo com parlamentares para divulgação das propostas. Entre as principais ações propostas no Seminário estão ainda o investimento obrigatório de 6% do PIB e 10% dos gastos da União para a saúde; a efetivação de cobranças de impostos sobre grandes fortunas; publicização dos recursos, para que haja transparência e compreensão sobre os gastos na saúde pública; e garantia de um modelo de saúde pública que não tenha foco apenas nas doenças e em seus tratamentos.

Participe das ações do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro. Acompanhe no site <http://pelasaude.blogspot.com/> a agenda atualizada dos encontros - que são abertos à participação de todos os interessados - e informa mais detalhes do processo de privatização da saúde.

A Atriz, o Padre e o Psicanalista –



Luis Antonio Baptista*

Genocídio, s.m. Crime contra a humanidade, que consiste em cometer, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, qualquer dos seguintes atos: I) matar membros do grupo; II) causar-lhes lesão grave à integridade física ou mental; III) submeter o grupo a condições de existência capazes de destruí-lo fisicamente, no todo ou em parte [...].

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira
Novo Dicionário Aurélio.

Coveiros bêbados tentando sepultar o corpo de uma mulher no cemitério de Bongaba, Rio de Janeiro, acabaram por desenterrar uma cabeça, ainda com bobes nos cabelos, de uma mulher sepultada sem caixão. Os acompanhantes do enterro viram passar um cachorro com a mão de uma criança na boca. Em Coqueiro Seco, Alagoas, o corpo do vereador Renildo José dos Santos foi encontrado degolado. Renildo foi assassinado por declarar-se homossexual. Travestis são mortos no centro de São Paulo com tiros nos olhos. Nos últimos três meses, executaram quinze. A classe média paulistana proíbe a instalação de uma casa para crianças com AIDS. No colégio dos seus filhos, uma menina com essa enfer-

midade é proibida de estudar. Senhoras e senhores educados, bem-vestidos, assistem com indiferença ao massacre na penitenciária do Carandiru. Na zona sul carioca, a juventude dourada, senhoras e senhores, expressam indignação; justificando o pagamento de impostos, clamam pela retirada dos negros e suburbanos de suas praias. Além da cabeça, outras partes do corpo do vereador foram amputadas. Os travestis recebem tiros na boca. Renildo sabia que ia morrer e quem iria matá-lo. Aliás, os travestis, os suburbanos, os negros, as crianças e adultos com AIDS, os mortos do milagre econômico, os desaparecidos na ditadura e mortos de Bongaba, também.

Nessas mutilações de corpos, o Brasil fala sobre temas ainda atuais; fala sobre a miséria do pobre, a miséria da diferença e de outras mais. Convivemos lado a lado, por essas mutilações, com a expressão crua e seca da violência contra a condição humana. Por meio dos jornais, nossa história é narrada nesses pedaços de corpos, que trazem o cotidiano brasileiro sem metáforas e sem véu, apresentando a qualidade de vida que temos, a vida que nos é negada e os modos de viver que convivem com o medo, com a culpa e com as armas.

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc. Destruídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, rementendo-a a particularidades, a casos individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos produtos desses agentes. Onde estarão os amoladores de facas?

Já que invisíveis no dia-a-dia, a presença desses

aliados é difícil de detectar. A ação desse discurso é microscópica, complacente e cuidadosa. Nunca dizem não, não seguem as regras dos torturadores, que reprimem e usam a dor. Ávidos por criar perguntas e respondê-las, por criar problemas e solucioná-los, defendem um humanismo que preencha o vazio de um homem fraco e sem força, um homem angustiado e perplexo, necessitado de tutela. Em momentos anteriores da nossa história, enquanto os negros apodreciam nas senzalas, teorias médicas enquadravam-nos em sub-raça. Histéricas, frágeis e nervosas, eram assim definidas as mulheres por uma psiquiatria que sinalizava o avanço público da mulher. Fomentador da desordem, promíscuo e perigoso era o perfil do trabalhador, enquanto vilas operárias eram construídas pelos patrões para uma maior controle e vigilância dos seus atos. A perigosa vida fora das fábricas era cuidada pela polícia e pela medicina patronal. Trazida da Europa, na década de 1920, chega a Psicanálise no Brasil, retirando o homossexual da devassidão, colocando-o nas tramas do inconsciente. Sai o degenerado, o viciado e amoral e inaugura-se o perverso, a pequena criança vítima da fatalidade de Édipo. Nessa mesma época, a sexualidade ganha vital importância para o conhecimento da natureza humana. Nada pode ser escondido, desreprimir e confessar são as técnicas propostas para o bom funcionamento psíquico. A sexualidade torna-se mistério, mistura-se à alma, e o olhar dos novos psicanalistas, defensores da eugenia, da melhoria da raça, penetra vigilante nos pequenos atos do cotidiano. Enquanto isso, no Rio de Janeiro e São Paulo, os negros e famintos proliferam nos hospícios.

Esses exemplos de amoladores de facas não pertencem a um passado banido pela razão e pela modernidade, muito ao contrário, foram seus porta-vozes, os fiéis escudeiros da construção de uma Brasil culto, saudável e moderno. Nossa história nos aponta não para o fim desses atos, mas para a reedição e aperfeiçoamento dessas mórbidas estratégias. Aos negros, ainda lhes é oferecida uma “sub-

Os amoladores de facas

sistência”, o cemitério de Bongaba, a prefeitura de Coqueiro Seco, as ruas de São Paulo, as praias do Rio de Janeiro, são espaços que estilhaçam os espelhos de uma burguesia que deseja se ver asséptica, segura e feliz. São espaços que estilhaçam uma estética que se diz universal, mas que necessita da proteção da polícia e das grades dos condomínios fechados para seu bom funcionamento. Voltando à pergunta anterior, onde estarão os contemporâneos amoladores de facas?

Uma pista para o leitor: ligue a TV, leia os jornais, escute no rádio os debates sobre temas do dia-a-dia. Perceba nas entrelinhas das reportagens com profissionais do psiquismo, com religiosos e artistas famosos. Atente para as falas sobre o sexo, sobre identidades e pestes. Incorporadas em profissionais de prestígio, os amoladores de facas circulam dentro e fora da mídia, produzindo a ingênua e eficaz impressão de uma fala individual e neutra. Algumas cenas podem ilustrar suas intervenções. Em um programa para jovens cujo tema é sexo, uma psicanalista é entrevistada por adolescentes. Uma garota pergunta-lhe sobre o homossexualismo. A psicanalista assinala que os adolescentes não precisam temer, porque tendo uma infância saudável, um bom relacionamento com o papai e com a mamãe, o Édipo será resolvido, nada acontecerá. A psicanalista afirma também que o homossexualismo não é uma doença, e sim um sintoma, uma parada no desenvolvimento psicosssexual, uma tentativa inconsciente de resolvê-lo. Os adolescentes escutam, sérios, a especialista falar sobre os mistério da alma. Após calorosos aplausos, os adolescentes paulistanos aprenderam que o homossexual é uma angustiada reedição de uma criança que precisa de amor do papai e da mamãe. No programa juvenil, aprendemos a não ser preconceituosos, aprendemos a compreender uma frágil e carente existência, vítima de uma trágica fatalidade narrada em uma historinha grega. O jovem da classe média poderá agora alterar seu olhar sobre esse estranho personagem, fadado a

viver na falta, no passado e na tragédia grega. Aprendeu a compreender e a amolar facas ou canivetes.

No programa dominical, uma artista famosa, apaixonada pela natureza e pela poesia, afirma que não admitiria ter um filho homossexual. Justificando não ter outros preconceitos, já que é atriz, afirma ser esse tipo de pessoa o produto de um relacionamento familiar que não funcionou bem. Alguma coisa anda mal e seu filho está fadado a ser infeliz. A atriz apaixonada pelos poetas e pela ecologia amolou sensivelmente uma faca.

Finalizando a apresentação do discurso dos aliados veiculados por personalidades do nosso dia-a-dia, apresentamos um texto certo, um depoimento de grande eficácia proferido por um amolador competente:

O que têm em comum a psicanalista, o padre e a atriz? Apontar o preconceito seria uma ingênua dedução, uma análise sem saída que justifica e alimenta os autoritários "pontos de vista", os relativismos e a ênfase na boa ou má consciência.

“Já ouvi de um jovem essa sentença: ‘Deus sempre perdoa; os homens, algumas vezes; a natureza, nunca’. No caso da AIDS, trata-se de uma decorrência da própria natureza que, profundamente atingida, reage normalmente, sem que Deus se veja na obrigação de alterar as suas leis por um milagre. E esse castigo indireto de Deus visa ao bem do homem, a volta a uma vida saudável. Sem dúvida podemos dizer que tal castigo, no qual se manifesta a ‘ira de Deus’ [foi o primeiro nome dado a AIDS], lembra Jesus empunhando o látego no templo que os mercadores profanavam. E poderemos acaso profanar impunemente o templo do nosso corpo, que deve ser a habitação do Espírito Santo? Deus perdoa sempre os que desejam perdão, mas castiga-os, se necessário, deixando agirem as próprias leis naturais [...]”.

O que têm em comum a psicanalista, o padre e a atriz? Apontar o preconceito seria uma ingênua dedução, uma análise sem saída que justifica e alimenta os autoritários “pontos de vista”, os relativismos e a ênfase na boa ou má consciência. O autoritarismo dos “pontos de vista” funda-se no esvaziamento da implicação coletiva e da construção histórica e sociopolítica do olhar e do outro. O preconceito remetido a uma questão pessoal esvazia suas tramas com o poder, sua eficácia política na manutenção e na desqualificação dos modos de existir. Configurado em questão pessoal, entra no reino da culpa ou da recompensa, materializando-se em individualidades que necessitarão de tutela dos pastores de diferentes procedências, ou seja, pastores da alma, pastores da ciência, pastores da culpa, pastores do medo, etc.

O que os amoladores de facas têm em comum é a presença camuflada do ato genocida. São genocidas, porque retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir. São genocidas porque entendem a Ética como questão da polícia, do ressentimento e do medo. Não acreditam em modos de viver, porque professam o credo da vida como fardo ou dádiva. Trazer para a discussão sobre a Ética a eficácia dos amoladores de facas talvez seja uma possibilidade de evitarmos a impunidade dos assassinos de Renildo José dos Santos, dos travestis de São Pulo, dos mortos de Bongaba, dos mortos da ditadura, dos pequenos e intensos assassinatos que acontecem microscopicamente no cotidiano brasileiro.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, Pesquisador do CNPQ, autor dos livros “A Fábrica de Interiores - Formação Psi em questão”, Editora Eduff, 2000; “O Veludo, o Vidro e o Plástico. Desigualdade e Diversidade da Metrópole”, Editora Eduff, 2009; e “A Cidade dos Sábios. Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades”, Editora Summus, 1999, onde “A Atriz, o Padre e o Psicanalista – Os amoladores de facas” foi publicado originalmente.

Recolhimento compulsório de crianças e adolescentes usuários de crack: faxina urbana como assistência social

**Comissão de Direitos Humanos
Conselho Regional de Psicologia do
Rio de Janeiro**

Vemos, hoje, na cidade do Rio de Janeiro a intensificação de um processo de “limpeza urbana” dos “indesejáveis sociais”, escondido sob a égide do cuidado e do tratamento de jovens pobres usuários de crack. Trata-se de uma política de caráter higienista maquiada de assistência social com ares de filantropia: o recolhimento e a internação compulsória de crianças e adolescentes se dariam para o “bem” deles.

A Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro regulamentou um Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social em meados de maio deste ano (Resolução SMAS nº 20 de 27/06/2011). Nesta política, a primeira medida é o encaminhamento das crianças e adolescentes “apreendidos” nas “cracolândias” para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, para verificação de sua situação jurídica. Caso seja constatada alguma irregularidade, o adolescente é diretamente encaminhado ao DEGASE, e o problema já está resolvido aí. Em um segundo momento, podem ser internados compulsoriamente para tratamento médico, ou seja, a despeito de sua vontade ou de seus familiares. A justificativa para a internação das crianças e adolescentes é a desintoxicação.

A sutileza do Protocolo de Abordagem Social consiste em usar da idéia de cuidado e tratamento de jovens viciados para esconder aquilo que esta política evidencia: a transformação dos jovens pobres em lixo, sua criminalização e descartabilidade. Como escreve Eduardo Galeano (2004)

no texto “A infância como perigo”:

“Retrato da América Latina no final do milênio: esta é uma região do mundo que nega as suas crianças o direito de serem crianças. (...) O sistema de poder, no qual o único vínculo é o pânico mútuo, maltrata as crianças. Às crianças ricas trata

Para tanto, o Estado produz políticas públicas – vide: Choque de Ordem, UPPs e Protocolo de Abordagem Social, entre outras – de apaziguamento das favelas, de remoção de comunidades, de repressão às estratégias de sobrevivência dos pobres, de recolhimento e internação destes etc.

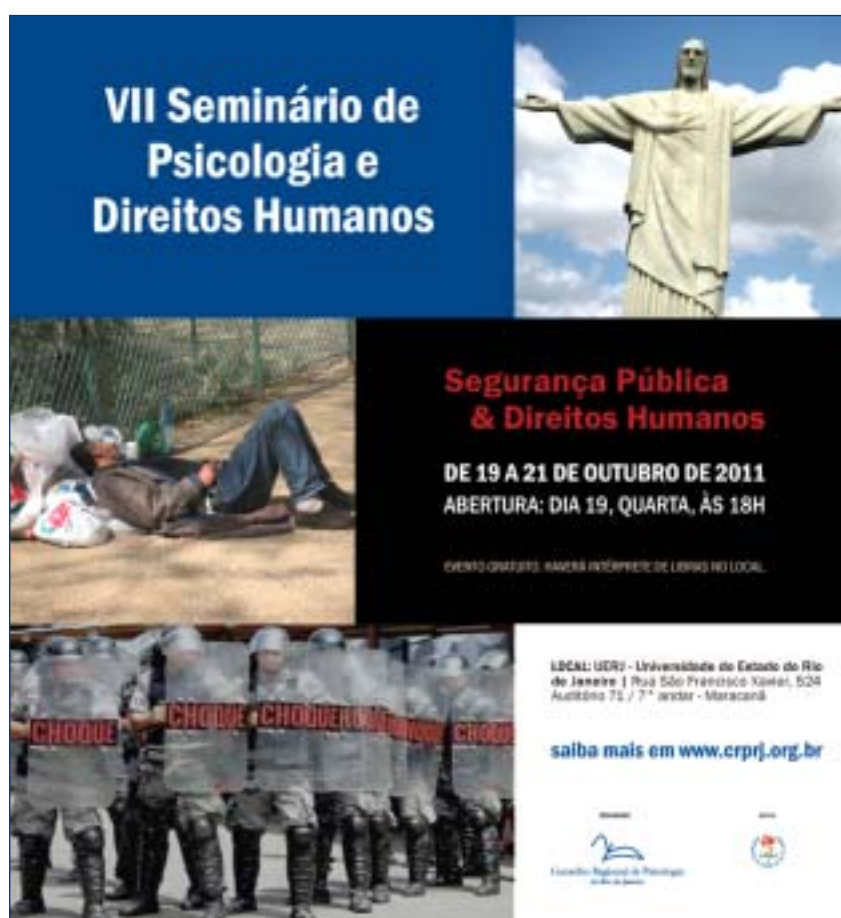
O que está em jogo, neste caso, não é o cuidado ou o tratamento dispensado aos jovens ou a população do Rio, mas, antes, a produção de uma cidade politicamente submissa e economicamente útil, ou seja, uma cidade lucrativa para o investimento do capital.

Não negamos a necessidade de assistência pelo Estado aos jovens usuários de crack e outras drogas. Pelo contrário, é papel deste construir estratégias de ação no sentido de efetivar políticas públicas que criem condições para que esta juventude – pobre, marginalizada e discriminada –, bem como sua família, seja protagonista de sua própria história.

O que se fala a todo momento é que “algo precisa ser feito”; a política de recolhimento é justificada pela necessidade imperativa e urgente de se combater o crack e os “efeitos devastadores deste grande mal que acomete a sociedade”. Nada se fala, no entanto, de tudo o que NÃO tem sido feito, das políticas públicas que vêm sendo negligenciadas, do sucateamento da rede pública de saúde e saúde mental, da não ampliação da

rede substitutiva aos modelos manicomial.

Tais políticas, hoje preconizadas pelo Ministério da Saúde e pautadas inicialmente pelos movimentos sociais, não apenas não têm sido implementadas, como são solenemente ignoradas pelo Protocolo de Abordagem Social, assim como a “Política municipal de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua”, e tantas outras deliberações dos conselhos e instâncias do controle social.



Cartaz do VII Seminário de Psicologia e Direitos Humanos, organizado pelo CRP-RJ

como se fossem dinheiro. Às pobres, como lixo”.

Sabemos que o Protocolo de Abordagem Social faz parte de um conjunto de medidas relacionado à preparação da cidade do Rio de Janeiro para a realização dos megaeventos esportivos, sobretudo: a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016). Neste contexto, preparar a cidade significa, principalmente, torná-la segura para o investimento do capital financeiro internacional.

Por este viés, como afirma o “Manifesto contra a internação compulsória” (2011), “recolher não é acolher”. O Protocolo de Abordagem Social vem a atender a necessidade higienista de “limpar” as ruas da cidade dos jovens descartáveis: “os filhos de ninguém, os donos de nada. (...) Os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos. (...) Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata” (GALEANO, 2005).

Os “ninguéns” não são convidados a sair das ruas, nem podem querer ficar nestas. Eles são recolhidos como se fossem lixo – inúteis e sem direitos – e depositados em locais muito mais para ficarem longe da paisagem urbana do que para receberem um tratamento adequado. Pois, em nosso entender, não há nada de terapêutico na violência, na arbitrariedade e na submissão que tem sido imposta a estes jovens pelo Protocolo de Abordagem Social da prefeitura do Rio de Janeiro, bem como no isolamento e no encarceramento.

Em 1992, quando o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), a cidade recebeu uma preparação: monumentos foram reformados, o exército tomou as ruas e destas foram retiradas a população que nela vivia: crianças, homens, mulheres e idosos.

Assistimos, assim, aproximadamente um ano antes da realização de uma nova conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – o Rio + 20 –, uma nova “limpeza urbana” da cidade. Novamente o Rio de Janeiro passa por um processo de “maquiagem” no qual os espaços urbanos ganham novos desenhos e cores. Contudo, a “maquiagem” não torna a cidade mais bonita ou menos excludente. Ela apenas mascara e até aumenta os espaços de exclusão e miséria já existentes.

Referências

Manifesto contra internação compulsória de crianças reúne entidades na OAB/RJ. Disponível em: <<http://coletivodar.org/2011/07/manifesto-contra-internacao-compulsoria-de-criancas-reune-entidades-na-oab/rj/>>

Galeano, E. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM Editores, 2005. P. 71

_____. **“A infância como perigo” Letra Livre (ano 9, nº40, 2004).**

Atualização de cadastro pode ser feita via internet

Psicólogos e psicólogas com cadastro no CRP-RJ podem, agora, atualizar seus dados pela internet. Para isso, basta acessar o site do Conselho (www.crpj.org.br), apontar o mouse para o link “Serviços” e, em seguida, clicar em “Visualização de Cadastro e Boleto Online”. Depois, basta inserir número de CPF e senha para ter acesso ao sistema. Aqueles que não têm senha devem selecionar o link “Clique aqui se este for seu primeiro acesso” e inserir os dados necessários para que ela seja criada. A partir daí, basta inserir as informações nos campos correspondentes. Em caso de dúvidas, basta entrar em contato com o setor de atendimento do Conselho, pessoalmente, na sede, ou por telefone: (21) 2139-5412.

Cadastro Nacional

O Sistema Conselhos de Psicologia implantou, em agosto, o Cadastro Nacional de Psicólogos, que está sendo oferecido aos profissionais da área e à população de todo o país, disponível na página <http://cadastro.cfp.org.br>. Com o novo sistema, psicólogos e psicólogas poderão atualizar seus dados cadastrais pela internet, ter acesso simplificado aos dados, imprimir boletos

de anuidade (inclusive segunda via), consultar dados de outros profissionais e autorizar publicação de informações para a população em geral. Com isso, cidadãos poderão consultar, em um mesmo site, os dados cadastrais de profissionais de todo o país.

Além disso, profissionais e pessoas jurídicas contarão com um potente canal de autoatendimento online, diminuindo a necessidade de deslocamentos até as sedes ou sub-sedes dos Conselhos Regionais. O novo sistema disponibiliza ferramentas para consultar a veracidade de certidões.

Para que o sistema entre em pleno funcionamento, porém, será necessário o recadastramento de todos os profissionais e empresas, o que poderá ser feito também pela internet, na própria página. Depois de acessar o site, o psicólogo deve clicar em “Profissional” ou “Pessoa Jurídica” e seguir as instruções. Após selecionar sua região (a 5ª, para o caso de psicólogos registrados no CRP-RJ), o profissional deve inserir seu número de registro, CPF e data de nascimento para ter acesso ao sistema e atualizar seus dados. Os responsáveis por empresas devem informar números de CRP e CNPJ.

Censura Pública 1

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 1141/04, onde figura como representante: Leila Maria Torraca de Brito vem censurar publicamente a Psicóloga Gita Wladimirski Goldenberg, inscrição nº. CRP 05/4581, pelo descumprimento dos Artigos 1º alíneas j do Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP nº. 010/2005.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2011.

Lygia Santa Maria Ayres
Presidenta do CRP – 5ª Região

Censura Pública 2

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 1165/05, onde figura como representante: Robert Willem Bakker vem censurar publicamente

a Psicóloga Marta Paladino Cardim, inscrição nº. CRP 04/29333, pelo descumprimento do Artigo 1º alínea a; c; 2º g; do Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP nº. 010/2005.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2011.

Lygia Santa Maria Ayres
Presidenta do CRP – 5ª Região

Censura Pública 3

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 1026/05, onde figura como representante: Wanier Assis de Albuquerque vem censurar publicamente a Psicóloga Marta Paladino Cardim, inscrição nº. CRP 04/29333, pelo descumprimento do Princípio Fundamental VI; Artigos 1º alínea a; c; 2º g; h; do Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP nº. 010/2005.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2011.

Lygia Santa Maria Ayres
Presidenta do CRP – 5ª Região

VII Seminário amplia discussão sobre segurança

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro pretende ampliar as discussões sobre as políticas e ações de segurança pública no estado e no país. Para isso, realiza, nos próximos dias 19, 20 e 21 de outubro, o VII Seminário de Psicologia e Direitos Humanos. O evento, que acontece no Campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tratará a temática “Segurança Pública e Direitos Humanos”. A participação é gratuita, e não é necessário fazer inscrição antecipada: basta comparecer ao Auditório 71 (sétimo andar do Bloco F do Campus, que fica à Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro), onde acontecerão as atividades. Todos os participantes receberão certificados.

A programação (que está disponível no quadro ao lado) conta com diferentes eventos durante os três dias de atividades, incluindo atividades culturais. Entre as temáticas abordadas está a atual conjuntura das políticas públicas para segurança no estado, que contará com o deputado estadual Marcelo Freixo, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, como palestrante. As questões ligadas à realização dos grandes eventos na cidade, as políticas sobre drogas e a criminalização da pobreza e a gestão militarizada das favelas serão temas de discussão em mesas de debates. Uma roda de conversa sobre psicologia e segurança pública encerrará o evento.

Apesar de ser realizado pelo CRP-RJ, o Seminário não é restrito à psicologia: o evento é aberto a profissionais e estudantes de outras áreas. Entre os palestrantes e debatedores há líderes políticos, coordenadores de movimentos sociais, militantes, pesquisadores de diversas áreas, membros de organizações ligadas à questão da segurança e acadêmicos e profissionais de diferentes áreas.

Haverá intérprete de libras durante as discussões. O evento é organizado pela Comissão Regional de Psicologia e Direitos Humanos do Conselho (CRDH/CRP-RJ), que conta com o apoio das demais comissões e setores do CRP.

VII Seminário de Psicologia e Direitos Humanos - Programação

19 DE OUTUBRO (QUARTA-FEIRA)

18h Mesa de abertura

Com **Lygia Santa Maria Ayres** (Psicóloga, CRP-05/1832, Doutora em Psicologia e Conselheira Presidente do CRP-RJ) | **Ana Carla Souza Silveira da Silva** (Psicóloga, CRP 05/18427, Coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ) | **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho** (Psicólogo, CRP 05/26077, Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP) | **Esther Maria de Magalhães Arantes** (Psicóloga, CRP 05/3192, Professora da Uerj e da PUC-Rio, Colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ).

18h30 Conferência de abertura

“Atual conjuntura das políticas públicas para segurança no Estado do Rio de Janeiro”

Com **Marcelo Freixo** (Deputado estadual do P-Sol, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj).

19h30 Atividade cultural

Apresentação de trecho do espetáculo “Ô, Lili”, da Cia Marginal.

20 DE OUTUBRO (QUINTA-FEIRA)

14h30 Mesa de debate.

“Megaeventos, choque de ordem e o controle na cidade”

Com **Guilherme Soninho** (Historiador, Doutorando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Ippur/ UFRJ) | **Hilda Correa de Oliveira** (Assistente Social, Mestre em Políticas Públicas - UERJ, Membro da Coordenação Executiva do Fórum Estadual de População de Rua) | **Mônica Alckmin** (Coordenadora do projeto “Se Essa Rua Fosse Minha” e Integrante da Comissão Executiva do Fórum Estadual do Direito da Criança e do Adolescente).

Debatedor: **José Rodrigues de Alvarenga Filho** (Psicólogo, CRP 05/36271, Colaborador da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ).

17h30 Intervalo / 18h30 Mesa de debate.

“Gestão militarizada das favelas: UPPs e megaoperações”

Márcia Pereira Leite (Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - UERJ, Pesquisadora do CNPq, Membro do movimento Círculo Palmarino Rio) | **Fiell** (Rapper, Militante do movimento Hip Hop, Construtor da cartilha de abordagem policial na favela Santa Marta) | **Tomás Ramos** (Advogado, Assessor parlamentar do deputado Marcelo Freixo, Pós-graduado em Filosofia Contemporânea - PUC-Rio, Mestre em Sociologia e Direito - UFF).

Debatedor: **Rodrigo Costa do Nascimento** (Psicólogo CRP 05/32425, Mestre em Saúde Coletiva, Pesquisador da vertente de Direitos Humanos do Observatório de Favelas).

21 DE OUTUBRO (SEXTA-FEIRA)

14h30 Mesa de debate.

“Políticas sobre drogas e criminalização da pobreza”

Com **Orlando Zacone** (Delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Mestre em Ciências Penais - Ucam, Doutorando em Ciências Políticas - UFF) | **Renato Cinco** (Sociólogo, Membro do Diretório Estadual e do Núcleo de Lutas Urbanas e Direitos Humanos do PSOL) | **Rafael Mendonça Dias** (Psicólogo, CRP-05/40094, Doutorando em psicologia - UFF, Representante do CRP-RJ no Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas do RJ).

Debatedor: **Luciana Knijnik** (Psicóloga, CRP-07/33458, Mestre em psicologia - UFF, Militante de Direitos Humanos, Consultora da Unesco, Presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RG, em formação no Círculo Psicanalítico).

17h30 Intervalo / 18h30 Roda de Conversa

“Psicologia e Segurança Pública”

Todos os participantes convidados a participarem.

Histórico dos seminários anteriores

O Seminário de Direitos Humanos é realizado pelo CRP-RJ anualmente, desde 2005. A cada ano, temáticas distintas foram abordadas, embora a estrutura do evento tenha sido sempre semelhante. Confira um pouco da história do Seminário, que já faz parte do calendário de eventos da psicologia no estado do Rio de Janeiro.



I Seminário (21 e 22 de outubro de 2005) - Logo em sua primeira edição, o Seminário contou com representantes internacionais. As argentinas Hebe de Bonafini e María de las Mercedes de Merono, na ocasião presidente e vice do movimento “Mães da Praça de Maio”, apresentaram a luta do grupo em busca dos filhos que desapareceram na ditadura militar no país vizinho (entre 1976 e 1983). Hebe e María participaram da mesa “Direitos Humanos na América Latina”. O evento discutiu ainda os temas “Direitos Humanos, Neoliberalismo e Práticas Políticas no Cotidiano” e “Direitos Humanos e Práticas Institucionais”.



II Seminário (10 e 11 de novembro de 2006) - A discussão sobre a medicalização da vida não é nova no CRP-RJ. Já em 2006, esta foi a temática principal da segunda edição do Seminário de Direitos Humanos. Mais de 500 pessoas participaram do evento, que mostrou a relação da medicalização com os direitos humanos, bem como as estratégias de controle da vida através do uso de medicamentos. Além disso, foi debatida a ligação entre o biopoder e a saúde.



III Seminário (7 de dezembro de 2007) - Com a temática “Trabalho, Direitos Humanos e Psicologia”, a terceira edição do seminário reuniu psicólogos e estudantes, que participaram de uma discussão e reflexão com professores e pesquisadores do Rio de Janeiro e de outros estados. Na ocasião, foi lançada a primeira edição do Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira, que em 2011 chegou à quarta edição.



IV Seminário (11 e 12 de dezembro de 2008) - Outro tema com forte presença nas discussões do CRP-RJ, a judicialização da vida foi o assunto central da quarta edição do seminário, em 2008. A discussão abordou como a psicologia vinha sendo convocada a colaborar com o movimento de judicialização, os modos de subjetivação engendrados e a forma como o processo de judicialização da vida se articula com a infância, a cidade e os movimentos sociais.



V Seminário (5, 6 e 7 de novembro de 2009) - “O que quer a psicoterapia nos processos judiciais e na execução penal?": foi nesse questionamento que centraram-se as discussões da quinta edição do evento, que discutiu a “Psicoterapia como pena”. Processos judicializantes e práticas judiciárias foram temas de mesas de debates durante o evento.



VI Seminário (9 e 10 de setembro de 2010) - Em sua mais recente edição, o Seminário discutiu as relações entre a psicologia, a ética e os direitos humanos. As mesas destacaram, entre outros temas, os fazeres psi, direitos humanos e a construção de outros possíveis, além de práticas de aprisionamento da vida e produção de resistências.

Comissão da Verdade: mais uma farsa, mais um engodo

No último dia 21 de setembro, foi votado pela Câmara Federal o PL 7.376/2010 que criou um arremedo de Comissão Nacional da Verdade. Se a proposta apresentada pelo governo federal já se caracterizava por sua timidez, as emendas apresentadas pelo DEM — e aceitas em um grande acordão pela Presidente da República — piorou ainda mais o projeto.

Antes, o texto do projeto estreitava a margem de atuação da Comissão, dando-lhe poderes legais diminutos, fixando um pequeno número de integrantes, negando-lhe orçamento próprio; desviando o foco de sua atuação ao fixar em 42 anos o período a ser investigado (de 1946 a 1988!), extrapolando assim em duas décadas a já extensa duração da Ditadura Militar.

Além disso, impede que a Comissão investigue as responsabilidades pelas atrocidades cometidas e envie as devidas conclusões às autoridades competentes, para que estas promovam a justiça.

Por tudo isto, continuamos reiterando as seguintes considerações, que constam de documento com milhares de assinaturas, encaminhado em junho deste ano à presidenta Dilma Rousseff:

Para que tenhamos uma Comissão que efetive a Justiça:

— o período de abrangência do projeto de lei deverá ser restrito ao período de 1964 a 1985;

— a expressão “promover a reconciliação nacional” seja substituída por “promover a consolidação da Democracia”, objetivo mais propício para impedir a repetição dos fatos ocorridos sob a ditadura civil-militar;

— no inciso V, do artigo 3º, deve ser suprimida a referência às Leis: 6.683, de 28 de agosto de 1979; 9.140, de 1995; 10.559, de 13 de novembro de 2002, tendo em vista que estas leis se reportam a períodos históricos e objetivos distintos dos que devem ser cumpridos pela Comissão Nacional da Verdade e Justiça.

— o parágrafo 4º, do artigo 4º, que determina que “as atividades da Comissão Nacional da Ver-

dade não terão caráter jurisdicional ou persecutório”, deve ser substituído por nova redação que delegue à Comissão poderes para apurar os responsáveis pela prática de graves violações de direitos humanos no período em questão e o dever legal de enviar suas conclusões para as autoridades competentes;

Para que tenhamos uma Comissão de verdade:

— o parágrafo 2º, do artigo 4º que dispõe que “os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Nacional da Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo”, deve ser totalmente suprimido pela necessidade de amplo conhecimento pela sociedade dos fatos que motivaram as graves violações dos direitos humanos;

— o artigo 5º, que determina que “as atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade serão públicas, exceto nos casos em que, a seu critério, a manutenção do sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, vida privada, honra ou imagem de pessoas”, deve ser modificado, suprimindo-se a exceção nele referida, estabelecendo que todas as atividades sejam públicas, com ampla divulgação pelos meios de comunicação oficiais.

Para que tenhamos uma Comissão da Verdade legítima:

— os critérios de seleção e o processo de designação dos membros da Comissão, previstos no artigo 2º, deverão ser precedidos de consulta à sociedade civil, em particular aos resistentes (militantes, perseguidos, presos, torturados, exilados, suas entidades de representação e de familiares de mortos e desaparecidos);

— os membros designados e as testemunhas, em decorrência de suas atividades, deverão ter a garantia da imunidade civil e penal e a proteção do Estado.

Para que tenhamos uma Comissão com estrutura adequada:

— a Comissão deverá ter autonomia e estrutura administrativa adequada, contando com orçamento próprio, recursos financeiros, técnicos e humanos para atingir seus objetivos e responsabilidades. Consideramos necessário ampliar o número atual de sete (7) membros integrantes da Comissão e o período de sua atuação, previsto para 2 anos.

Entendemos também que esta Comissão Nacional da Verdade deveria ser autônoma e independente do Estado.

A condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos

Os crimes cometidos pela ditadura que controlou o Brasil por mais de 20 anos permanecem desconhecidos e os documentos que comprovam esses abusos continuam em segredo. A Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, órgão da Organização dos Estados Americanos, condenou nosso país por esses delitos, exigindo que o governo brasileiro investigue e responsabilize seus autores. Até dezembro de 2011, o Estado brasileiro deverá responder a esta Sentença

E foi nesse sentido que o Brasil, através do atual governo, apresentou o PL, na tentativa de ter argumento junto à Corte para firmar que esclareceu os casos de violação de direitos humanos.

Por tudo isto, afirmamos que queremos sim uma Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça que efetivamente investigue onde, quando, como e quem foram os responsáveis pelas atrocidades cometidas em nome da “Segurança Nacional”. Que sejam publicizados e responsabilizados!

Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro

26 anos de luta contra a tortura

Setembro de 2011

Publicado em: 30/09/2011



CRP e CRESS discutem escuta de crianças e definem posicionamentos para Conferências Estaduais

Cerca de 400 pessoas, entre psicólogos, assistentes sociais e profissionais de outras áreas, atenderam chamado do CRP-RJ e do CRESS-RJ e compareceram à Conferência livre de assistentes sociais, psicólogos e demais defensores dos direitos da criança e do adolescente, realizada no último dia 30 de setembro. Os profissionais definiram, em conjunto, propostas que serão levadas às Conferências Estaduais de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e da Criança e do Adolescente que acontecem nos próximos meses. Reunidos no Campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) no último dia 30 de setembro, os profissionais debateram “Escuta ou inquirição? Os impactos da judicialização na rede de proteção à criança e ao adolescente” em evento que contou com duas etapas principais: uma mesa de discussão e a reunião em grupos de trabalho para elaboração de propostas.

A mesa, coordenada pela defensora pública estadual Eufrásia Maria Souza das Virgens, debateu “a proteção integral de crianças e adolescentes e sua interface com políticas públicas”, e contou com a psicóloga Esther Arantes (CRP 05/3192), ex-presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia e atual colaboradora do CRP-RJ e do Conselho Federal de Psicologia (CFP); com o advogado e coordenador executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (Cedeca), Pedro Pereira; com a assistente social Eunice Fávero, do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. Entre os pontos de maior destaque nas apresentações estava o chamado “depoimento sem dano”, instrumento de inquirição judicial de crianças e adolescentes, criado no Rio Grande do Sul, e que vem ganhando versões em outros lugares do país. “As crianças têm o direito de serem ouvidas em investigações criminais quando tiverem maturidade suficiente para isso, mas em alguns casos o que temos observado é que esse direito se torna um dever”, apontou Esther Arantes.



Profissionais lotaram auditório na Uerj para a Conferência

As falas dos participantes da mesa serviram como base e orientação para a segunda parte do evento, quando os participantes foram divididos em quatro diferentes grupos e realizaram discussões que deram origem às propostas apresentadas e aprovadas durante a plenária final da Conferência Livre. As propostas e moções aprovadas serão sistematizadas por um grupo de trabalho criado durante a Conferência para defesa nas Conferências Estaduais.

As propostas foram elaboradas de acordo com questões levantadas durante o evento. A relação com o judiciário foi importante ponto de debates e objeto de várias propostas aprovadas pela plenária. Os psicólogos e assistentes sociais afirmaram a importância da autonomia e articulação dos diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, e não apenas atendendo a demandas do judiciário. Este, por sua vez, deve respeitar as normativas profissionais das demais categorias (como os Códigos

de Ética e as demais Resoluções dos Conselhos Federais, das respectivas profissões regulamentadas).

Também foram sugeridas medidas relativas à estrutura dos equipamentos públicos para atendimento de crianças e adolescentes: é preciso realizar concursos públicos, garantido a efetiva contratação dos aprovados para as vagas oferecidas; capacitação permanente dos gestores dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), entre outros.

Foi definida, ainda, a elaboração de moções de repúdio contra a proposta de redução da maioria penal, contra a suspensão da produção e distribuição dos kits do projeto “Escola sem Homofobia” e contra a realização de recolhimentos compulsórios previstos pelo Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Ano Temático da Avaliação Psicológica no Sistema Conselhos: O CRP-RJ e a reivindicação de uma Psicologia voltada para o compromisso social

Claudete Francisco de Sousa (CRP 05/35806)*
Saulo Oliveira dos Santos (CRP 05/31988)*

O Sistema Conselhos de Psicologia definiu, na Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2010, a Avaliação Psicológica como temática a ser discutida pela categoria durante 2011. Neste sentido, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) Nacional – do qual o CRP-RJ faz parte – com o objetivo de estruturar as ações a fim de incitar e fomentar o debate sobre o tema. Temos como diretriz refletir sobre a avaliação psicológica à luz dos direitos humanos, problematizando os diversos contextos de atuação do psicólogo.

Importante destacar que a avaliação psicológica é utilizada amplamente em diversos contextos para a elaboração de documentos que subsidiem decisões que envolvem disputa de guarda, responsabilização de “supostos” agressores, para atestar periculosidade, e outras situações em que “a verdade” seria desvelada.

O GT Regional da Avaliação Psicológica tem discutido com a categoria e com os estudantes de psicologia a prática da avaliação psicológica em consonância com o Código de Ética e as Resoluções que norteiam nosso exercício profissional. O objetivo é assumirmos uma postura ético-política compromissada com as questões do social, do econômico, do político, e da relação indivíduo/sociedade, pois estes são os elementos que constituem o processo de subjetivação.

Atentos à utilização dos conceitos de disciplina, norma, exame e suas repercussões sociais, bem como, ao considerar os instrumentos normativos que regem a profissão do psicólogo, almejamos (des)construir questionamentos e tensões a partir de uma prática voltada para a ética e para o compromisso social, rompendo com a construção instituída em nossa profissão de que não precisamos falar do social para falarmos do humano. Cada vez mais temos assistido os sujeitos serem submetidos à condição de um objeto, avaliado e classificado a partir de um padrão de comportamento em detrimento da compreensão do sujeito como um todo (a partir dos condicionantes que o constroem). Não estamos e não queremos apresentar formato de “avaliação psicológica”, mas sim questionar a forma padronizada de se fazer a avaliação psicoló-



gica que, muitas das vezes, desconsidera a complexidade e a singularidade humana.

Através do resgate histórico da construção da nossa profissão e da evolução da discussão que gira em torno da avaliação psicológica, pretendemos retratar a diversidade, os impasses e dilemas que cercam esse tema, trazendo para a atualidade questões contemporâneas sobre a fidedignidade, validade e utilização dos testes, a partir de algumas reflexões e desmistificações que restringem, inclusive, a avaliação psicológica à aplicação de testes e diagnósticos, distanciadas de uma visão ampliada. Entendemos que este olhar ampliado deva ser utilizado em todos os contextos em que o psicólogo atue, inclusive no processo de uma avaliação psicológica.

Uma questão que temos debatido em nossos encontros refere-se aos especialismos. Nesta discussão, incluir a prática da avaliação psicológica faz-se necessário pois, cada vez mais, nossa sociedade tem convocado “especialistas” a intervirem nas mais variadas questões.

Outro ponto abordado – e principal motivo pelo qual foi escolhido o tema da avaliação psicológica para o ano temático de 2011 – refere-se às constantes representações éticas, em virtude da elaboração de documentos, distanciados dos instrumentos normativos que regem a nossa profissão.

Sem o entendimento do que se passa no processo de subjetivação e das relações interpessoais do indivíduo avaliado, vidas estão sendo definidas, violando direitos fundamentais em prol de

um funcionamento considerado “normal” diante uma estrutura social desejável.

Entendemos que a atuação do psicólogo deve estar constantemente respaldada por uma postura crítica frente à amplitude da potencialidade criativa da experiência humana. Este profissional também deve atentar para as situações de injustiça social e econômica e sua repercussão na produção de subjetividade, considerando a os modos de existir na sociedade capitalista, no momento do recorte histórico da vida da pessoa avaliada. Importante frisar que esta conduta não é atribuição específica de um profissional especialista no tema: é condição de todo e qualquer profissional psicólogo convocado a intervir.

Pretendemos também discutir com a categoria, ao longo do ano temático, como a avaliação psicológica pode romper com a idéia de “verificação da verdade”, perícia e exercício de poder/saber, atitudes próprias de qualquer avaliação ao nomear, classificar e diagnosticar, pois sempre será excluído o que não pode ser nomeado ao utilizarmos instrumentos limitados. Se tais instrumentos são limitados, não devemos nunca desconsiderar o infinito de possibilidades de construção e de expressões de subjetividades. Queremos contribuir para uma prática profissional que não estimule o controle, a repressão, a desigualdade e a injustiça, mas sim, incitar e facilitar o indivíduo a libertar-se enquanto ser humano.

* Conselheiros do CRP-RJ e membros do GT Nacional de Avaliação Psicológica.

Eventos chegam a diversas partes do estado, e textos geradores estão disponíveis na internet

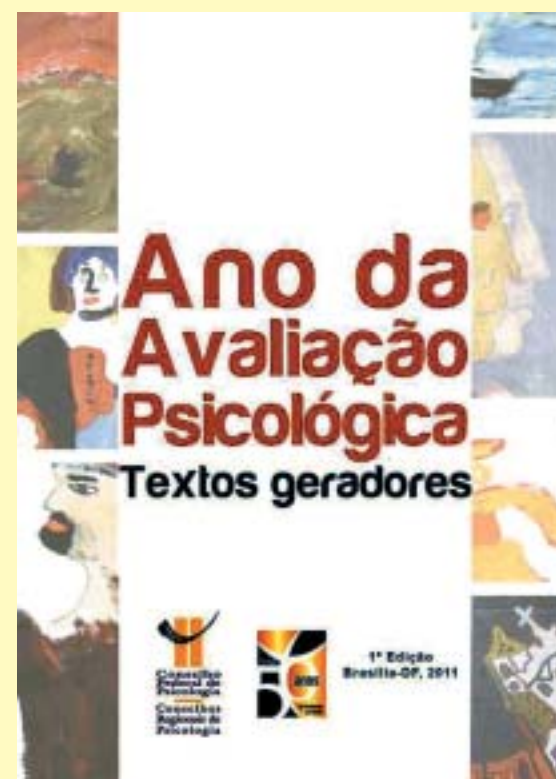
O CRP-RJ, assim como os demais Conselhos Regionais de Psicologia, realiza eventos em diferentes regiões de sua área de atuação para levantar opiniões, sugestões e questionamentos sobre a avaliação psicológica. O objetivo é reunir o maior número possível de informações para levar ao evento nacional, em março de 2012. No estado do Rio acontecem, até novembro, as discussões regionais (confira em nosso site o calendário atualizado). No dia 2 de dezembro, o campus Maracanã da Uerj recebe uma discussão de encerramento.

“Esses eventos estão sendo realizados para dar base a um relatório que será montado pelo nosso grupo de trabalho do CRP-RJ, a partir de todas as discussões e propostas suscitadas nesses eventos preparatórios. Esse relatório será apresentado, rediscutido e finalizado com toda a categoria no evento regional final, em dezembro, onde serão escolhidos os dele-

gados e representantes que vão para Brasília representar o CRP-RJ em um evento nacional final do ano temático”, explica o conselheiro Saulo Oliveira dos Santos. Um canal de comunicação por e-mail foi aberto para que os profissionais enviem sugestões, dúvidas e quaisquer outros questionamentos. O endereço é avaliacaopsicologica@crprj.org.br.

Os debates organizados pelo CRP-RJ e pelos demais Conselhos Regionais de Psicologia por todo o Brasil são norteados por três eixos temáticos: “A qualificação da avaliação psicológica”, “As relações institucionais onde o profissional se insere” e “Relação com o contexto de formação”.

Para facilitar o entendimento e fomentar a reflexão acerca das temáticas, foi elaborado um caderno com textos geradores. O material está disponível na internet, na página <http://anotematico.cfp.org.br>.



Concurso sobre avaliação psicológica oferece prêmios de até R\$ 5 mil; inscrições estão abertas até o dia 27 de outubro

Como parte do ano da avaliação psicológica, o Sistema Conselhos de Psicologia, através do Conselho Federal de Psicologia (CFP), organiza o Prêmio Profissional Avaliação Psicológica na Perspectiva dos Direitos Humanos, que tem inscrições abertas até 27 de outubro, pela internet (no site anotematico.cfp.org.br). O concurso oferecerá certificados e prêmios em dinheiro de até R\$ 5 mil para os autores dos melhores trabalhos segundo a comissão julgadora montada pelo CFP.

O objetivo é estimular a produção de projetos científicos que abordem diferentes interfaces entre os preceitos da avaliação psicológica e os direitos humanos. Com isso, a organização pretende fomentar reflexões diversas sobre a avaliação psicológica e suas implicações nos dias atuais. Podem participar do concurso os profissionais devidamente inscritos e com situações regulares nos Conselhos Regionais de Psicologia de suas respectivas regiões.

Haverá duas categorias: individual e em equipes. Cada grupo poderá ter até quatro profissionais, desde que todos preencham os requisitos relativos à inscrição e à situação regular no respectivo CRP. Em cada categoria, os autores que conquistarem as três primeiras colocações receberão prêmios em dinheiro, além de certificados. O primeiro colocado de cada categoria receberá um prêmio de R\$ 5 mil, enquanto os segundos colocados ganham R\$ 4 mil, e os terceiros R\$ 3 mil. Vale destacar que, entre as equipes, o prêmio será dado ao grupo de autores, que terá a responsabilidade de dividir o valor da forma que lhe convier. Trabalhos que forem agraciados com menções honrosas também receberão certificados. Uma pessoa pode ser premiada mais de uma vez, desde que em categorias distintas. Os projetos serão divulgados pelo Sistema Conselhos, e poderão ainda fazer parte de publicações do CFP.

Para participar do concurso, os psicólogos de-

verão escrever trabalhos que abordem uma entre as três seguintes temáticas: “a avaliação psicológica e sua interface com os direitos humanos”; “a avaliação psicológica que se realiza e a que se deseja realizar no Século XXI”; ou “a avaliação psicológica serve para quem e para quem?”. A comissão julgadora, que contará com seis integrantes designados pelo Plenário do CFP, avaliará os textos utilizando diferentes critérios: pertinência e coerência da temática, adequação da linguagem, consistência teórica, análise crítica, proposições inovadoras e ineditismo.

Segundo o regulamento, que está disponível na página da internet anotematico.cfp.org.br, os projetos devem ser elaborados na forma de ensaio teórico. Não serão aceitos vídeos, fotografias, desenhos ou outros materiais complementares. Cada trabalho deverá ter no máximo 15 laudas. As especulações técnicas também estão dispostas no regulamento. As inscrições são feitas no mesmo site.

Nova resolução do CFP reformula normas sobre atuação dos psicólogos no sistema prisional

Está em vigor desde o último dia 2 de junho a Resolução 012/2011 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que revogou a Resolução 009/2010, que vetava a realização de exames criminológicos por psicólogos, e foi suspensa após pressões de entidades da própria psicologia, bem como por parte do judiciário brasileiro. O texto, desta vez, não utiliza o termo exame criminológico, mas sim perícia psicológica. Segundo a resolução, os psicólogos considerados profissionais de referência na assistência psicológica às pessoas presas não podem participar de perícia com a finalidade de estabelecer prognóstico criminológico de reincidência, aferição de periculosidade e de relação delito-delinquente para subsidiar decisões judiciais na execução de penas privativas de liberdade e medidas de segurança.

Segundo a psicóloga e colaboradora do CRP-RJ Maria Márcia Badaró Bandeira (CRP 05/2027), que durante cerca de 30 anos trabalhou na Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (Seap), o Fórum Nacional “Desafios para a Resolução sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional”, realizado entre os dias 19 e 20 de novembro do ano passado, em São Paulo, deixou clara a existência de dois grupos distintos entre os profissionais: uma parte acredita que a psicologia tem, sim, instrumentos capazes de prever comportamentos e, portanto, acredita na possibilidade de realização do exame criminológico. Outro grupo – do qual faz parte o CRP-RJ – discute a natureza desse tipo de avaliação, que pretende fazer um estudo da personalidade do sujeito, com o objetivo de identificar indícios de que a pessoa voltaria a delinquir ou não, baseado na noção de periculosidade.

Durante o Fórum Nacional foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com representantes de vários conselhos regionais, incluindo o CRP-RJ, para sugestão de um novo texto para a resolução, levando em conta, principalmente, as audiências públicas realizadas em diferentes partes do país. “Acabou sendo construída uma resolução que tenta conciliar esses dois pontos de vista: os que querem a manutenção dos exames criminológicos e

os que não querem. Os que não querem questionam a possibilidade da psicologia ter instrumentos para prever comportamentos. Entre os que defendem a manutenção do exame, estão os que acreditam que a psicologia tem instrumentos para garantir a previsão de comportamentos, e os que temem a perda de seus postos de trabalho”, segundo Márcia.

Para a psicóloga, o problema é maior do que se imagina, já que os erros vêm da legislação que rege o sistema penitenciário. “A Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) não inclui a assistência psicológica. Ela fala em assistência à saúde, mas interpreta a saúde como uma questão meramente biológica, a ausência de doença, contrariando o conceito da Organização Mundial de Saúde e do próprio SUS”, explica.

Para o também psicólogo e colaborador do CRP-RJ Cristiano Rodrigues de Freitas (CRP 05/30640), a Resolução 012/2011 apenas marcou a divisão entre esses dois grupos dentro da categoria. “Essa resolução foi criada em uma tentativa de agradar a gregos e troianos, mas não acaba com o exame criminológico, e esse é o problema. Ela não conseguiu dar conta disso, e, na verdade, trocou o exame criminológico por perícia psicológica”, explica.

Para Márcia e Cristiano, o debate está longe de terminar. “Posso dizer que essa discussão apenas começou. Afirmando, com a experiência de 30 anos no sistema penitenciário, que o debate nunca foi tão acirrado quanto tem sido de 2005 para cá, e continuará assim”, aponta Márcia. “A bola agora está com a psicologia. Ficou claro, com essa resolução, que a psicologia brasileira não consegue dizer o que é uma avaliação psicológica, o que é uma perícia, o que é um exame criminológico. Essas três coisas têm que ser discutidas e melhor estudadas. A psicologia brasileira está dando margem para esse mal entendido geral, e assim fica sujeita ao poder judiciário, que pode fazer o que bem entender sem que os psicólogos afirmem exatamente como querem agir. O debate vai continuar a partir daí”, conclui Cristiano.



Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário fortalece defesa de direitos

Criado após a realização de Audiência Pública organizada pelo CRP-RJ em abril, o Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário (FPSSP) realiza, no próximo dia 19 de outubro (4ª feira), em local ainda a ser definido, seu quinto encontro. “A psicologia deve se preocupar com a saúde das pessoas presas, e é disso que o Fórum trata”, afirma Márcia Badaró, que é membro da diretoria executiva do FPSSP. O objetivo principal é lutar pela implantação no estado do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que prevê para esta população a atenção básica em saúde de acordo com os princípios do SUS.

Contando com participação de representantes de diversas entidades do setor público em geral, o Fórum já proporcionou importantes contribuições. Na mais recente delas, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), através do promotor Arthur Paupério, do 8º Centro de Apoio Operacional (CAO), anunciou a criação do Núcleo de Apoio ao Sistema Penitenciário (Nasp) que poderá acompanhar mais de perto a implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário no estado, em conjunto com o 6º CAO de Tutela Coletiva da Saúde.

Acompanhe o site do CRP-RJ (www.crp.rj.org.br) para ficar sempre informado da agenda de encontros do Fórum.

Fórum de Medicalização realiza II Seminário Internacional em novembro



O Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, que conta com participação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) realiza, entre os dias 11 e 14 de novembro, em São Paulo, o “II Seminário Internacional sobre Educação Medicalizada – Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos”. Na primeira edição do evento, realizada ano passado, foi lançado o Manifesto que deu origem ao Fórum. As inscrições para participação estão abertas, e podem ser realizadas pela internet, na página <http://medicalizacao.com.br/>. Mais uma vez, não haverá cobrança de taxas de inscrição.

Centenas de participantes oriundos de todas as partes do Brasil e com formações em diversas áreas são esperados para o encontro. Além disso, estarão presentes pesquisadores e palestrantes vindos de países como Estados Unidos, Portugal, Rússia e Uruguai, além de vários palestrantes da Argentina - país onde o Fórum Sobre Medicalização tem um importante parceiro, o Fórum ADD, que discute as mesmas temáticas. Uma das atividades do Seminário, inclusive, será um Simpósio reunindo as duas entidades. Durante o evento será assinado documento que vai unir oficialmente os textos dos manifestos do Brasil e da Argentina sobre o tema.

A programação oficial do evento prevê a realização de mesas redondas, conferências, painéis, apresentações de trabalhos (cujas inscrições já estão encerradas), atividades culturais e outras atividades. Serão, ainda, ministrados minicursos com temáticas ligadas à discussão central do evento. As inscrições para os minicursos estarão disponíveis em breve.

A psicóloga e conselheira do CRP-RJ Helena Rego Monteiro (CRP 05/24180), participante da secretaria executiva do Fórum, destaca a oportunidade proporcionada pelo II Seminário para aprofundar e levar a um número ainda maior de pessoas as discussões que vêm sendo tratadas no Fórum, que tem encontros mensais em São Paulo. “É importante ampliar o debate, ouvir pessoas que têm experiências em outras áreas, vindas de diferentes locais. Os participantes terão a chance de tro-

Presidente do CRP-SP participa de implantação de núcleo no Rio

Várias cidades e regiões brasileiras trabalham para criação e estabelecimento de núcleos do Fórum de Medicalização. No Rio, o processo é coordenado pelo CRP-RJ, que realiza reuniões com participantes e interessados para a criação e discussões da temática. No último dia 23 de agosto, a conselheira-presidente do CRP-SP, Carla Biancha Angelucci (CRP 06/57074) (foto), participou de um dos encontros, apresentando a realidade de seu estado e a luta que as entidades participantes do Fórum têm travado para impedir a aprovação do Projeto de Lei 086/2006, que busca definir o “o que é dislexia”. O projeto propõe que o diagnóstico e o tratamento de dislexia devem ser feitos por uma equipe multidisciplinar, dentro de todas as escolas públicas paulistas.

Biancha aprovou a iniciativa fluminense de estabelecer um núcleo. Para ela, os grupos regionais podem acompanhar projetos de leis semelhantes ao paulista, entre outros, que visam promover uma judicialização constante das relações



e das instituições. No estado do Rio, por exemplo, foi aprovada recentemente a Lei 5848/10/RJ, que dispõe sobre medidas para identificação e tratamento da dislexia na rede estadual de educação. O Município do Rio de Janeiro, em lógica semelhante, aprovou a (Lei 5089/2009), que fala sobre a “inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao Bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências”.

car informações e participar diretamente do enfrentamento à medicalização”, afirma. Helena participará do Simpósio com o Fórum ADD e coordenará a conferência “Saúde Pública e Medicalização”, com participação do médico sanitário e ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão.

O CRP-RJ também será representado no evento pela também psicóloga e conselheira Giovanna Marafon (CRP 05/30781), membro do Fórum, que participará do Simpósio “Cidadania biologizada e judicializada: a produção do sofrimento psíquico”. Giovanna explica que, no simpósio, vai falar sobre o movimento de judicialização da vida escolar relacionado à medicalização. “Em que momento se acoplam esses movimentos? Como um aspecto da judicialização, o bullying, torna-se um enquadramento que produz mais sofrimento do

que evita”, destaca.

O Rio de Janeiro terá mais representantes no evento: Inês Barbosa de Oliveira e Nilda Alves, da Uerj, participam, respectivamente, dos simpósios “O Conhecimento na Era dos Transtornos: limites e possibilidades” e “A infância capturada pelos transtornos”. Também representando a Uerj, Roberto Leher será o responsável pela conferência “A medicalização de políticas públicas”. Já Maria Tereza Esteban, da UFF, é uma das participantes do simpósio “Uma nova criança exige uma nova escola”.

O evento acontece no Campus Paraíso da Universidade Paulista (Unip), à Rua Vergueiro, 1121, próximo às estações Vergueiro e Paraíso do metrô paulistano. Mais informações estão disponíveis no site do evento ou por telefone (11) 3061 9494, ramais 111, 130, 137 e 317.

Assembleia Orçamentária aprova orçamento, anuidades e taxas de 2012; pagamento antecipado dá direito a desconto

As anuidades e taxas e o orçamento do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) para o ano de 2012 foram definidos no último dia 22 de setembro, quinta-feira, pela Assembleia Orçamentária, realizada na sede do Conselho. Os

psicólogos que atenderam à convocação e compareceram à assembleia aprovaram por unanimidade os valores apresentados, e receberam a notícia de que haverá desconto no pagamento antecipado de anuidades.

O Controller do Conselho, Roner Tavares (CRC/RJ-097613/O-8), apresentou as contas de 2010, que tiveram um superávit de R\$ 721.302,00. Entre os dados mais relevantes apresentados está o investimento de R\$ 3.677.301,00 para compra do imóvel na Rua Teófilo Otoni, no Centro, onde ficará a nova sede do CRP-RJ. Os gastos realizados entre janeiro e agosto deste ano também foram apresentados pelo Contador. Segundo Roner, apesar do superávit bruto de R\$ 2.541.751,00, as despesas até o final do ano devem equivaler às receitas.

Foram apresentadas, ainda, as sugestões de reajustes para anuidades e taxas do Conselho para o ano de 2012. Os valores foram reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que teve variação positiva de 6,87% entre agosto de 2010 e julho de 2011. O valor da taxa de segunda via de Carteira de Identidade Profissional continua sendo de 4% da anuidade, e as taxas de inscrições também foram mantidas: 20% da anuidade para Pessoa Física e 60% para Pessoa Jurídica.

O vencimento das anuidades acontece no último dia de março. Entretanto, quem fizer o pagamento antecipado, terá direito a desconto, conforme os valores dispostos na tabela abaixo:

Anuidades 2012			
Vencimento	Desconto	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
31/01/2012	10%	R\$ 290,71	R\$ 363,73
29/02/2012	5%	R\$ 306,62	R\$ 383,69
31/03/2012	-	R\$ 322,53	R\$ 403,66
Obs. Fundo de seções de R\$ 4,35 incluído			

Taxas	Preço	% da anuidade
Inscr. Pessoa Física	R\$ 63,64	20%
Inscr. Pessoa Jurídica	R\$ 239,59	60%
2ª via carteirinha	R\$ 12,73	4%

Finalmente, foi aprovado, também por unanimidade, o orçamento do próximo ano de R\$ 22.109.000,00.

Prestação de contas de Janeiro a Julho de 2011

De acordo com o princípio da transparência na gestão, o CRP-RJ apresenta o demonstrativo de resultados

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE JANEIRO A JULHO 2011

Receitas

Receitas de Contribuição	5.448.637
Receitas de Contribuições de anos anteriores	482.771
Receitas Patrimoniais	230.962
Receitas de Serviços	69.547
Outras Receitas	191.433
Superávit de Exercícios Anteriores	900.000
Total das Receitas Brutas	7.323.350

Transferências (-)

Conselho Federal de Psicologia	1.595.619
Total das Receitas Líquidas	5.727.731

Despesas (-)

Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias	1.750.210
Materiais de Consumo	21.295
Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	210.430
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	16.795
Impressão Gráfica	55.677
Transporte e Hospedagem	55.670
Congressos, Fóruns e Eventos	96.438
Serviços de Assessoria	126.473
Terceirização	264.397
Seguros, Condomínio e Locação	34.780
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	291.592
Total das Despesas de Operações	2.923.757

Investimentos (-)

Programas de Informática	0
Máquinas, Motores e Equipamentos	0
Mobiliário em Geral	4.893
Equipamentos de Informática	6.810
Total dos Investimentos	11.703

Roner Tavares

Contador CRC/RJ-097613/O-8

Lindomar Expedito S. Darós

Conselheiro-tesoureiro - CRP 05/20112

Cinema movimenta as subsedes Baixada e Norte

A relação entre a psicologia e a “sétima arte” pode ser muito maior do que se imagina. Aspectos da psicologia como ciência e de discussões ligadas a ela e aos direitos estão presentes em obras de ficção ou em relatos baseados na realidade, como documentários. Isso pode ser comprovado nos projetos Cine Psi e Cine Debate Itinerante, realizados, respectivamente, pelas subsedes Baixada Fluminense e Norte Fluminense do CRP-RJ.

Nos dois projetos, filmes são apresentados em sessões gratuitas e, em seguida, os estudantes e profissionais são convidados a participar de discussões sobre diferentes aspectos das produções, sempre com a participação de debatedores convidados pela organização dos eventos.

Na Baixada Fluminense, o espaço Cine Psi, inaugurado em agosto de 2010, tem sessões mensais, sempre na segunda quinta-feira de cada mês, na própria subsele (Rua Sebastião Herculano de Mattos, 41, Centro, Nova Iguaçu). Com público cativo e fiel, o projeto chega à sua 14ª edição no



Em Campos, sessões acontecem em diferentes locais. Na foto, conselheira Helena Rego Monteiro fala sobre medicalização no hospital Álvaro Alvim

dia 13 de outubro, com o documentário “O Cárcere e a Rua”, de Liliana Sulzbach.

O Cine Debate Itinerante, como o próprio nome anuncia, tem sessões em diferentes locais nas cidades de ação da subsele. Depois de ser implantado em 2010 com o nome de “Psicocine”, a ação retornou em 2011, e já tem continuidade garantida para o próximo ano.

O psicólogo e conselheiro do CRP-RJ Alexan-

dre Ferreira do Nascimento (CRP 05/33108), articulador das Subsedes, afirma que os projetos favorecem a integração do CRP com os profissionais das regiões. “Os eventos aproximam os profissionais e estudantes do Conselho, facilitando o contato para outras iniciativas”, afirma.

Participe dos eventos! Acompanhe o site do Conselho (www.crprj.org.br) para ter acesso às agendas atualizadas.

Nota da Comissão de Orientação e Fiscalização sobre divulgação de serviços em sites de compras coletivas

A crescente proliferação de sites de compras coletivas tem contribuído com o aumento no número de denúncias direcionadas ao Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) relacionadas à divulgação de serviços psicológicos. Temos observado que tais divulgações utilizam preponderantemente o preço como forma de propaganda, o que fere a alínea “d” do artigo 20 do Código de Ética do Psicólogo.

Entendemos que tal meio de divulgação baseia-se numa lógica de mercado, de venda de mercadorias, que estabelece os serviços psicológicos como meros produtos de consumo. Nesse sentido, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ considera que a ideia de psicologia produzida nesse tipo de publicidade desrespeita e distorce a disseminação do conhecimento a respeito das atribuições e do papel social da profissão.

A publicidade de serviços psicológicos deve levar em consideração condições que propiciem a qualidade do trabalho prestado. Um trabalho de

qualidade em psicologia está para além de um conjunto de métodos e técnicas vendidas a terceiros por um preço previamente estipulado em relação a um determinado período de tratamento ou quantidade de sessões ofertadas. Entendemos que a relação psicólogo e cliente/paciente deve ser configurada no momento da interação entre os dois atores, e não na aquisição a priori de um serviço. A liberdade no estabelecimento dos valores das consultas e na quantidade de atendimentos necessários - a ser combinados entre psicólogo e cliente/paciente - não deve ser minimizada por um funcionamento mercantilista que não leva em consideração as especificidades presentes na prestação de serviços psicológicos.

O CRP do Rio de Janeiro observa que a alínea “d” do artigo 20 do Código de Ética Profissional é pouco clara, além de não contemplar uma discussão mais ampliada sobre o assunto “divulgação de preço dos serviços/consultas como forma de propaganda”. A orientação da COF do CRP-RJ, portanto, é que os

psicólogos não divulguem seus serviços em sites de compras coletivas, nem façam qualquer referência a valores ao anunciar seus serviços.

A COF do CRP-RJ baseou sua orientação no Código de Ética Profissional. Ressaltamos, assim, a importância de o psicólogo consultar com regularidade o seu Código de Ética, já que o mesmo foi construído como um instrumento de reflexão da relação psicólogo e sociedade e profissão e como um dispositivo de construção de cidadãos socialmente engajados em suas práticas cotidianas, capazes de analisar crítica e historicamente suas realidades política, econômica, social e cultural, para além de meros profissionais tecnicistas.

Lembramos que o Código de Ética Profissional pode ser obtido e baixado no link “legislação” no site do CRPRJ (www.crprj.org.br) e também no site do CFP (www.pol.org.br).

A COF do CRP-RJ se coloca disponível para esclarecer outras dúvidas e prestar informações pelo do telefone (21)2139 5400 e e-mail cof@crprj.org.br.

Mostra Regional se consolida como um dos

Pelo quinto ano consecutivo, centenas de estudantes e profissionais das mais diversas áreas - diretamente ligadas ou não à psicologia - se reuniram no campus Tijuca da Universidade Veiga de Almeida (UVA) para dias de encontros, estudos, descobertas e ampliação do debate sobre variadas temáticas. A 5ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia do CRP-RJ, mais uma vez, mostrou que já é um dos principais eventos da área no estado, e se despediu dos participantes com a certeza de que, no próximo ano, o evento estará ainda melhor.

Realizada entre os dias 21 e 23 de julho, a Mostra teve como destaques atividades que,

embora ligadas à temática central - “Compartilhando Experiências e Fortalecendo a Psicologia” - mostraram que a diversidade de atuações e pesquisas segue sendo um traço marcante da psicologia como ciência e campo de trabalho.

Em um espaço democrático que misturou o lúdico e o teórico, estudantes e profissionais puderam participar de oficinas, rodas de conversa, debates, conferências, além de manifestações culturais diversas, como peças teatrais e exibição de vídeos. Isso sem mencionar as sessões de apresentações de trabalhos, que reuniram mais de 100 projetos diversificados.

O espaço proporcionado pela Mostra permiti-

tiu ao CRP-RJ e a instituições parceiras a divulgação de importantes temas que têm sido foco de discussões e debates na sociedade atual, casos do sistema penitenciário e de projetos que preveem a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros.

Além disso, o evento proporcionou o intercâmbio entre alunos, professores e funcionários de diversas instituições da capital fluminense, de outras cidades e outros estados. Com a certeza de ter realizado um evento marcante, o CRP-RJ destaca, nestas páginas, alguns dos vários momentos marcantes da 5ª Mostra, e já convida a todos para a edição 2012 do evento. Até lá!

Oficinas estimulam interação

A interação entre os participantes da 5ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia do CRP-RJ ficou clara em atividades como as oficinas realizadas durante o evento. Nelas, profissionais e estudantes compartilharam momentos de diversão, descobertas e aprendizado.



Apresentação teatral ganha a cena durante a Mostra

A Companhia de Teatro “Os Nômades”, do projeto Espaço Artaud, apresentou, durante a Mostra, a peça “O Universo das coisas”, texto de Júlia Spadaccinni, que fala sobre a relação do ser humano com a máquina. O grupo conquistou os presentes, que se divertiram em uma das atividades mais lúdicas da Mostra. A Companhia “Os Nômades” tem, entre seus atores, usuários de tratamento psiquiátrico, e sempre trabalha pensando na divulgação dos valores da cultura antimanicomial durante suas peças.

Fóruns divulgam atividades

A tenda institucional montada pelo CRP-RJ no campus da Veiga durante a realização da 5ª Mostra foi responsável pela divulgação da atuação de Fóruns com participação do Conselho, além das próprias atividades internas. Representantes do Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário (FPSSP), do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro distribuíram materiais e apresentaram seus trabalhos específicos, em trabalho fundamental para a conquista de novas adesões.



principais eventos da psicologia no estado

Apresentações de trabalhos unem profissionais e estudantes



Estudantes e profissionais com interesses acadêmicos estiveram lado a lado, apresentando trabalhos e discutindo temáticas relativas à atuação do psicólogo durante as sessões de “Experiências em Debate”, nas quais eram apresentados os trabalhos inscritos. No total, 130 projetos foram enviados e aprovados para apresentação, e o que se viu nas diversas salas onde houve as exposições foi um espaço aberto para troca de ideias e impressões. A opinião geral dos participantes foi de que a troca de experiências contribuiu muito para a melhor compreensão das temáticas apresentadas e para fazer com que os apresentadores e ouvintes menos experientes pudessem interagir e participar ativamente do evento.

Vencedores do Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira recebem premiação



O encerramento do primeiro dia da Mostra foi em grande estilo. Foi divulgado o resultado do IV Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira, e seus autores subiram ao palco para receber os certificados e premiações.

Na categoria profissional, a psicóloga Lorena Figueiredo de Souza (CRP 05/25396) foi a primeira colocada, com “A construção de uma política de assistência à saúde de usuários de álcool e outras drogas baseada na redução de danos no município de Niterói (RJ): o papel do supervisor clínico”. A se-

gunda colocação foi de Paula Figueiredo de Oliveira (CRP 05/34168), que apresentou “Mãe-de-verdade x mãe-de-mentira: amor materno e política de amamentação no cotidiano das práticas institucionais”. Andrea da Silva Montechiare Pires (CRP 05/36629) e Gisela Giannerini dos Santos (CRP 05/37591) ficaram com a terceira posição, com o trabalho “Entraves e Desafio na Desinstitucionalização de Pacientes com Transtorno Mental Infratores”.

Flávia de Abreu Lisboa, Ana Chacel de Castro e Aline Gomes de Carvalho, da Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ), conquistaram a primeira colocação entre os estudantes, com “Dos Processos de Singularização e Autonomia à Cidadania: a Prática Política do Diálogo”. Wagner Teixeira Durange, da Universidade Estácio de Sá, ficou com o segundo lugar por “Plantão Psicológico: A Clínica da Urgência Psicológica na Contemporaneidade”. Já Yan da Costa Mendes, da Universidade Veiga de Almeida (UVA), foi o terceiro colocado, com o trabalho “O Grupo Familiares da Atenção Psicossocial: Promovendo a Reidentificação e Autonomia da Família”

Dia do Psicólogo: debates e eventos em várias instituições

Em 2011, o CRP-RJ comemorou o Dia do Psicólogo de forma diferente: se fazendo representar, através de conselheiros e colaboradores, de eventos em diferentes instituições, visando para ampliar os nossos territórios de intervenção. A conselheira-presidente Lygia Santa Maria Ayres (CRP 05/1832) destaca que “nós temos, enquanto órgão de classe, investido energia e esforços para colocar em análise constantemente os efeitos que nossas práticas produzem no mundo. Problematizar demandas que nos são endereçadas também é nosso papel. Fugir do instituído e inventar outros discursos e práticas que caminham na direção da ética e do compromisso social tem sido o nosso desafio nessa gestão”.

O Conselho atendeu a convites de instituições de educação, saúde e outras áreas, que realizaram

eventos e discussões em comemoração à data. A conselheira-presidente Lygia Ayres, por exemplo, participou da II Jornada de Psicologia do Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá (zona oeste do Rio de Janeiro). Os campi Nova Iguaçu, Barra e Ilha do Governador da Estácio realizaram suas Semanas da Psicologia, e o CRP foi representado pelos psicólogos José Novaes (CRP 05/980 - colaborador), Marco Aurélio Rezende (CRP 05/27536 - conselheiro) e Carlos Eduardo Lourenço dos Santos Norte (CRP 05/40339). O conselheiro Saulo Oliveira dos Santos (CRP 05/31988) falou sobre avaliação psicológica em uma mesa da IV Jornada de Psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa (UCL).

As colaboradoras Adriana de Lacerda Amaral Miranda (CRP 05/26267), Viviane Pereira da Silva

(CRP 05/31297) e Maria Márcia Badaró Bandeira (CRP 05/2027) participaram como palestrantes da Semana da Psicologia da UFRJ. Na Gama Filho, que também realizou uma semana de eventos, Marcia Badaró e a conselheira Carla Silva Barbosa (CRP 05/29635) foram as representantes do Conselho.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí promoveu encontro com profissionais de psicologia escolar da própria cidade, de Seropédica, Mangaratiba e duas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) do estado. A conselheira Giovanna Marafon (CRP 05/30781) falou em nome do Conselho no evento. Já a colaboradora Tatiana d'Ávila Magalhães (CRP 05/35292) representou o CRP na mesa de abertura do Simpósio de Psicologia Hospitalar do Hospital Geral de Guarus (HGG), em Campos dos Goytacazes.

CRP apresenta referências para atuação em varas de família

O CRP-RJ apresentou, no último dia 8 de julho, o Documento de Referência para Atuação dos Psicólogos em Varas de Família, lançado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). Desenvolvido pelo Sistema Conselhos de Psicologia, o documento foi tema de debate durante o evento. Assessora do Crepop no CRP-RJ, a psicóloga Beatriz Adura Martins (CRP 05/34879) explicou que “a Referência engloba as práticas em

varas de família no Brasil inteiro. Há um levantamento nacional e estadual”.

O texto está disponível para consulta e *download* no site do Crepop, que, neste momento, já dá andamento a uma nova pesquisa, sobre atuação profissional de psicólogas e psicólogos em políticas de idosos. Profissionais que atuam na área são convidados a responder a um questionário e participar da elaboração de novo documento.

O endereço é <http://crepop.pol.org.br>.

Oficina discute práticas em emergências e desastres

A atuação do profissional de psicologia em situações de emergências e desastres foi tema de oficina realizada no último dia 10 de outubro, na sede do Conselho. Profissionais de diversas localidades que trabalham ou têm interesse pela área participaram do evento, que identificou práticas, impasses e questões sobre a atuação da psicologia em emergências e desastres. As informações apuradas durante a realização da oficina servirão de subsídio à gestão do Conselho sobre o tema e para articulação em rede de profissionais e instituições que atuam na área.

Manifestação reúne centenas contra abusos na realização da Copa

O CRP-RJ participou, junto a dezenas de outras entidades e centenas de cidadãos, da “Marcha por uma Copa do Povo”. O objetivo da manifestação foi chamar a atenção para erros na organização da Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, casos, por exemplo, remoções sem critério, gastos exagerados, desrespeito à cultura nacional para atender imposições da Fifa e do Comitê Olímpico Internacional, entre outras. A passeata aconteceu no dia 30 de julho, dia em que se realizou, na Marina da Glória, o sorteio dos grupos dos torneios eliminatórios para a Copa do Mundo - evento que custou R\$ 30 milhões aos cofres públicos estaduais e municipais.



A manifestação se caracterizou por seu caráter amplamente democrático, com participação de en-

tidades que lutam por causas direta ou indiretamente ligadas. Compareceram moradores de comunidades da Zona Oeste, partidos políticos, torcedores de clubes, professores, servidores e aposentados, entre representantes de várias outras classes.

A Marcha foi organizada pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio que, assim como entidades em outras cidades que receberão jogos da Copa do Mundo, realiza ações de mobilização para estabelecer um processo amplo e democrático sobre o real legado dos megaeventos. Para saber mais, acesse <http://comitepopulario.wordpress.com>.